



PERFIL URBANO DA CIDADE DE PEDRA BADEJO ILHA DE SANTIAGO REPÚBLICA DE CABO VERDE

Setembro de 2013



Direitos Autorais © Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat), 2013

Todos os direitos reservados

As publicações do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos das Nações Unidas podem ser obtidas no seguinte endereço:

Escritórios Regionais e de Informação ou diretamente:

Caixa Postal 30030, GPO 00100 Nairobi, Quênia.

Fax: + (254 20) 762 4266/7

E-mail: unhabitat@unhabitat.org

Website: <http://www.unhabitat.org>

Este projecto foi preparado e gerido pela Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, DGOTDU do Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território, de Cabo Verde em Parceria com o Escritório Local do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos, ONUHABITAT, no quadro do Programa Único das Nações Unidas em Cabo Verde.

O presente Perfil Urbano foi coordenado, a nível do país por Cesário Varela, Assessor do Presidente e Ponto Focal da Câmara Municipal de Santa Cruz e Jeiza Tavares, Directora da DGOTDU.

A equipa de Gestão do Programa foi composta por Janice Helena Da Silva, Coordenadora da ONU-HABITAT para Cabo Verde; Kerstin Sommer – Responsável Global do PSUP e Mathias Spaliviero, Conselheiro Regional, ONUHABITAT

PERFIL URBANO DA CIDADE DE PEDRA BADEJO: REPÚBLICA DE CABO VERDE

HS Number: HS/024/14P

ISBN Number (Series): 978-92-1-132023-7

ISBN Number (Volume): 978-92-1-132613-0

Renúncias de Responsabilidades

A designação empregada bem como a apresentação do material contido nesta publicação não implicam a expressão de qualquer opinião por parte do Secretariado das Nações Unidas sobre o status legal de qualquer país, território, cidade ou área, ou de suas autoridades, ou a respeito da delimitação de suas fronteiras ou limites, ou ainda, sobre o seu sistema económico ou grau de desenvolvimento. A análise, conclusões e recomendações do presente relatório não reflectem necessariamente os pontos de vista do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat), o Conselho de Administração da ONU-Habitat ou seus Estados-Membros. Este documento foi produzido com o apoio financeiro da União Europeia. As opiniões aqui expressas, não podem, de forma alguma, ser consideradas ser a opinião oficial da União Europeia. Fragmentos desta publicação podem ser reproduzidos sem autorização, desde que mencionada a fonte.

Edição (Cláudio Furtado)

Desenho e Layout: Matthieu Sublet, ONUHABITAT

Paginação: Jaime Silva

Arte Work: Mick Silves

Créditos das fotos: © ONU-Habitat e Câmara Municipal de Santa Cruz



PERFIL URBANO DA CIDADE DE PEDRA BADEJO ILHA DE SANTIAGO REPÚBLICA DE CABO VERDE

ÍNDICE DE CONTEÚDO

PREFÁCIO: DIRECTOR EXECUTIVO	5
PREFÁCIO: PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL	6
RESUMO EXECUTIVO	7
INTRODUÇÃO	12
CONTEXTO	13
GOVERNAÇÃO URBANA E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO	17
ALOJAMENTO E CONDIÇÕES DE VIDA NOS BAIROS INFORMAIS	20
SEGURANÇA URBANA	22
SERVIÇOS URBANOS DE BASE	25
AMBIENTE E RISCOS URBANOS	27
GÉNERO	29
ANÁLISE SWOT DO PERFIL	30
FICHAS DE PROJECTO	33
BIBLIOGRAFIA	

PREFÁCIO DO DIRECTOR EXECUTIVO



De acordo com a pesquisa publicada no maior relatório da ONU-Habitat, O Estado das Cidades do Mundo 2010-2011, todas as regiões em desenvolvimento, incluindo as da África, Caraíbas e Pacífico, terão mais pessoas a viver em áreas urbanas do que nas áreas rurais até o ano 2030. Com

a metade da população do mundo já a viver nas áreas urbanas, são assustadores os desafios que enfrentamos na luta contra a pobreza urbana, na nossa busca por cidades sem assentamentos informais, cidades onde as mulheres se sentem mais seguras, cidades inclusivas com energia, água e saneamento, e transporte acessível, cidades melhor planeadas, mais limpas e mais verdes. Mas como mostra esta série, há muitas soluções interessantes e melhores práticas para a qual podemos recorrer. Afinal, os números dizem-nos que durante a década de 2000 a 2010, um total de 227 milhões de pessoas, nos países em desenvolvimento, saiu de condições de moradores dos assentamentos informais. Em outras palavras, os governos, cidades e instituições parceiras, colectivamente, superaram a meta dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, no que toca aos assentamentos informais, duas vezes e 10 anos à frente do prazo acordado de 2020. A Ásia e o Pacífico estiveram na vanguarda dos esforços bem-sucedidos para alcançar a mesma meta, com todos os governos da região melhorando a vida de cerca de 172 milhões de moradores dos assentamentos informais entre 2000 e 2010.

Na África subsaariana, porém, a proporção total da população urbana vivendo em assentamentos informais diminuiu apenas 5 por cento (ou seja 17 milhões de pessoas).

O Gana, Senegal, Uganda e Ruanda foram os países mais bem sucedidos na sub-região, reduzindo as proporções de moradores de assentamentos informais, até mais de um quinto na última década.

Cerca de 13 por cento do progresso feito em direcção à meta mundial sobre os assentamentos informais ocorreu na América Latina e no Caribe, onde estima-se que 30 milhões de pessoas saíram de condições de moradores dos assentamentos informais, desde o ano 2000.

No entanto, a ONU-Habitat estima em confirmar que os progressos realizados, para a meta dos assentamentos informais, não têm sido suficientes para conter a expansão demográfica em assentamentos informais no mundo em desenvolvimento. Neste sentido, os esforços para reduzir o número de moradores dos bairros de

assentamentos informais não são satisfatórios nem adequados.

Como parte dos nossos esforços para resolver esta crise, a ONU-Habitat está a trabalhar com a Comissão Europeia e o Secretariado para a África, Caraíbas e Pacífico (ACP), sediado em Bruxelas, visando apoiar o desenvolvimento urbano sustentável. Dadas as necessidades urgentes e diversificadas, achamos necessário desenvolver uma ferramenta para uma rápida avaliação e planeamento estratégico de forma a orientar as intervenções imediatas, de médio e longo prazo. E aqui nós temos isso na forma desta série de publicações. O Programa Participativo de Melhoria dos Assentamentos Informais (Participatory Slum Upgrading Programme) é baseado no diálogo político entre a ONU-Habitat, o Secretariado ACP e a Comissão Europeia, que remonta ao ano 2002. Quando as três partes se reuniram na sede da ONU-Habitat, em Junho de 2009, mais de 200 delegados de mais de 50 países aprovaram uma chamada retumbante à comunidade internacional para prestar maior atenção a estas questões de urbanização, e para estender o programa de urbanização dos assentamentos informais para todos os países do Grupo ACP.

Vale a pena lembrar aqui como somos gratos ao nono Fundo de Desenvolvimento da Comissão Europeia aos países ACP disponibilizando 4 milhões de euros (5.7 milhões de dólares no câmbio de Junho de 2011) para permitir à ONU-Habitat a realização do programa, que hoje atende a 59 cidades em 23 países africanos, e mais de 20 cidades em seis países do Pacífico, e quatro países do Caribe. Na verdade, desde a sua criação em 2008, o programa de urbanização dos assentamentos informais alcançou a confiança de parceiros a nível de cidade e país na África, no Caribe e no Pacífico. Ele está a dar uma grande contribuição destinada a apoiar os esforços de redução da pobreza urbana, como cada relatório desta série nos mostra. Eu gostaria de expressar a minha gratidão à Comissão Europeia e ao Secretariado ACP pelo seu compromisso com este programa de urbanização dos assentamentos informais. Eu tenho toda a confiança de que os resultados descritos neste perfil, e noutros, servirá para orientar o desenvolvimento de respostas, capacitação e investimentos no sector urbano.

Além disso, eu gostaria de agradecer a cada Equipa País pelo seu contínuo apoio neste processo, que é essencial para o sucesso da implementação do Programa Participativo de Melhoria dos Assentamentos Informais.

Dr. Joan Clos

Sub Secretário Geral das Nações Unidas
Director Executivo da ONU-Habitat

PREFÁCIO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ



Desde a sua criação em 1971 (através do Decreto-Lei n.º 108/71, de 29 de Março) o Município de Santa Cruz encontra-se em pleno desenvolvimento de opções estratégicas e planos, baseados numa gestão participada, que tem tomado como ponto de partida o consenso social, para se poder afirmar no

compromisso institucional que permita implementar de forma sustentável as políticas planificadas tanto a nível local como central, antecipar as mudanças e colocar o município nos novos cenários regionais e nacionais de desenvolvimento.

Santa Cruz, um Concelho que assistiu toda a evolução pós-independência, apesar de muitas carências ressentidas ao longo da sua história, não quer e nem deve ficar de fora nessa corrida rumo ao desenvolvimento.

Com o advento da independência de Cabo Verde, datado de 1975, Pedra Badejo, conheceu um rápido crescimento demográfico à volta de um Porto pesqueiro. A fragilidade na capacidade de planificação, da Autoridade local, de então, permitiu o aparecimento de bairros informais. Este facto, acrescido de outros fatores, como por exemplo, migração das pessoas, para a cidade, falta de recursos humanos com formação em matéria do planeamento urbano e ordenamento do território, propiciaram a proliferação em todo o perímetro da cidade, de habitações desorganizadas com défice de saneamento básico, falta de espaço verde e de lazer, ruas estreitas que dificultam a circulação rodoviária.

É neste contexto que encaramos, com grande satisfação, a iniciativa do Governo em priorizar a política de habitação social nos próximos anos como um dos pilares de desenvolvimento e coesão social para Cabo Verde. Aproveitamos também o ensejo para parabenizar a ONU HABITAT pelos trabalhos realizados até agora em prol da Humanidade. Desejamos que as Vossas realizações se estendam a Cabo Verde e cheguem aos que vos esperam e sonham com uma casa digna. Estamos certos que o Vosso trabalho contribuirá para a promoção da igualdade de oportunidades, do desenvolvimento integrado e sustentável e da equidade social. Almejamos que este trabalho denominado, Perfil Urbano da Cidade de Pedra Badejo, venha a contribuir para o desenvolvimento de Santa Cruz e que iniciativas do género possam desabrochar noutros concelhos.

Orlando Fernandes Lopes Sanches

O Presidente da Câmara Municipal de Santa Cruz

INTRODUÇÃO

O estudo que ora se apresenta retrata o Perfil Urbano da Cidade de Pedra Badejo e tem como finalidade contribuir para a promoção de políticas de desenvolvimento urbano, permitindo que os residentes da urbe possam viver num ambiente urbano devidamente planeado, organizado e gerível.

A então Vila de Pedra Badejo, sede do Concelho, agora Cidade, fica situada na Ilha de Santiago, mais concretamente no Concelho de Santa Cruz. Ela nasceu como o resultado de um processo progressivo de fixação de pessoas de forma espontânea, atraídas pelo mar e vales férteis para a agricultura. Assim, começou a construção das primeiras casas que depois acabaram por ganhar corpo de Vila, fruto de actividades como a pesca, o pequeno comércio, a agricultura e as dinâmicas desenvolvidas até ao momento. A partir da década de 90 surgiram as primeiras preocupações no sentido de planificar o crescimento e desenvolvimento urbanos. Desenvolveram-se alguns planos de desenvolvimento urbano, e hoje está-se perante o Plano do Desenvolvimento Municipal (PDM) do Concelho.

O Perfil Urbano da Cidade de Pedra Badejo veio ancorar em alguns planos e estudos já desenvolvidos, de entre os quais se destaca o diagnóstico da situação sócio-económica de Santa Cruz, que faz um retrato pormenorizado do Concelho (2006); o Plano Municipal de Desenvolvimento Local (2009/2010); o Plano urbanístico, entre outros planos de gestão de desenvolvimento do território municipal (a urbanização em Sta Cruz começou em 1984, com a chegada dos técnicos austríacos, que deram início à reabilitação da zona triângulo e do Bairro de Cutelinho, que veio a dar origem ao primeiro plano cadastral do interior de Santiago).

O planeamento urbano começou, concretamente, em 1991, com a elaboração de alguns planos detalhados em Achada Fátima.

Apoiou-se também em entrevistas exploratórias junto de responsáveis de determinados sectores tais como: os Delegados de Saúde, do Desenvolvimento Rural, da Educação, o Comando Local de Polícia, responsáveis de ONGs que trabalham com as Mulheres (Delegação Local da Organização das Mulheres de Cabo Verde), Associação Esperança (ONG que trabalham com pessoas vivendo com o VIH-SIDA e afectadas).

Os responsáveis pelos serviços de Saneamento da Câmara Municipal de Santa Cruz, de igual modo realizaram encontros para a recolha de subsídios junto de várias associações comunitárias do Concelho.

O Perfil Urbano da Cidade de Pedra Badejo enquadra-se dentro da política de Habitação Social e Desenvolvimento Urbano do Governo de Cabo Verde e da ONU – Habitat para elaboração do Perfil do Sector Urbano Regional (RUSPS) em África e Estados Árabes, através de uma avaliação de necessidades e mecanismos de resposta, e como contribuição para o alargamento da implementação dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM).

O objectivo do presente Perfil do Sector Urbano é contribuir para o desenvolvimento da política de redução da pobreza urbana a nível nacional em Cabo Verde. Enquadra-se no programa da ONU- Habitat de cooperação com o Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território, MAHOT. Ele é realizado mediante uma avaliação das necessidades e dos mecanismos de resposta no quadro de uma contribuição à implementação dos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio (ODM). A política será orientada para apoiar as actividades compreendendo o reforço das capacidades, o plaidoyer, a gestão do saber assim como as actividades operacionais. A abordagem baseia-se nos TDR estandardizados do Perfil do Sector Urbano desenvolvidos pela Comissão Europeia (CE) e já implementadas pela ONU HABITAT em outros países. Além disso, uma análise e uma consulta nacional serão realizadas para buscar um consenso sobre os temas e as questões nacionais e sobre os mecanismos de respostas. Esta combinação será rigorosa para o perfil urbano nacional a realizar para cada país identificando as insuficiências e os domínios de intervenção prioritários. A finalidade é permitir uma integração espacial/ territorial multisectorial e uma colaboração intersectorial na análise das questões urbanas assim como na concepção das intervenções que estão prestes a ser implementadas. No presente estudo, as análises serão conduzidas a uma etapa superior ao nível regional/ sub-regional onde as conclusões nacionais serão utilizadas para resultar em tendências e recomendações regionais para a redução da pobreza urbana em Cabo Verde. Cinco principais temas serão analisados para tratar a questão da gestão urbana e da redução da pobreza, incluindo : (1) Governação Urbana e desenvolvimento económico ; (2) Habitação e Condições de vida nos bairros espontâneos ; (3) Segurança urbana ; (4) Serviços Urbanos de Base ; (5) Ambiente e riscos urbanos ; (6) Género e (7) VIH / SIDA.

METODOLOGIA

- A primeira fase consiste em elaborar um quadro das condições de vidas nas cidades, à escala local mas também nacional. Os perfis serão realizados sobre a capital do país ou em alternativa, nas cidades capitais dos municípios. As cidades serão escolhidas de forma a oferecer uma boa representatividade da situação urbana do país. A análise desenvolve sete grandes temas: (1) Governação Urbana e desenvolvimento económico ; (2) Habitação e Condições de vida nos bairros espontâneos ; (3) Segurança urbana ; (4) Serviços Urbanos de Base ; (5) Ambiente e riscos urbanos ; (6) Género e (7) VIH / SIDA. As informações serão obtidas através de entrevistas e de discussões com os actores chave e as instituições. Uma vez analisadas, será possível identificar as forças, as fraquezas, as oportunidades e as ameaças (método SWOT) que enfrentam as cidades e os países no seu desenvolvimento. Estas conclusões serão de seguida apresentadas nas consultas nas cidades e a nível nacional, afim de, eventualmente, serem revistas, modificadas. Um consenso deverá, então, ser conseguido entre os diferentes actores engajados no processo, a fim de fazer emergir as prioridades para intervenções futuras.
- A segunda fase, na base das prioridades identificadas na fase 1, e depois do estudo de viabilidade, consiste em implementar um programa de formação para quadros da administração e determinar o que serão os projectos de investimento prioritários.
- A terceira fase é a fase de realização dos projectos assumidos nas duas fases precedentes. Mas é essencial dar os meios que permitirão aos países trabalhar, eles mesmos, o desenvolvimento de suas cidades. Este grau de autonomização será tornado possível, de entre outras, pela implementação de quadros institucionais sólidos.

O presente relatório é a síntese do trabalho realizado na primeira fase do programa PSUP e diz respeito à Elaboração e Validação do Perfil Urbano da Cidade de Pedra Badejo, Ilha de Santiago, Cabo Verde

RESUME EXECUTIVO

Este relatório consiste de: antecedentes gerais do sector urbano em Pedra Badejo, situando-o no contexto do Município de Santa Cruz, baseados num estudo documental, entrevistas e consultas com os intervenientes fundamentais bem como representantes de instituições públicas, privadas e da sociedade civil.

Os antecedentes incluem dados sobre a administração, planeamento urbano, economia, sector privado informal e formal, pobreza urbana, infra-estrutura, água, serviço de saúde pública, transporte público, iluminação pública, energia, educação; uma avaliação sintética de sete áreas principais: governação e desenvolvimento económico, bairros informais, género, HIV/SIDA e ambiente - em termos de postura institucional, quadros reguladores, mobilização de recursos e desempenho.

Esta segunda secção também realça prioridades acordadas e inclui uma lista de projectos identificados; e uma análise de pontos fortes, fraquezas, oportunidades e ameaças (análise SWOT), e uma descrição de propostas de projectos prioritárias para cada tema. As propostas incluem os beneficiários, parceiros, custos estimados, objectivos, actividades e resultados esperados

ANTECEDENTES

O Concelho de Santa Cruz fica situado na parte leste da Ilha de Santiago. Tem uma superfície de 109,8Km², correspondendo a 11,75% da área total da ilha. É confrontado, a Norte, com o Município de S. Miguel, Oeste com os Municípios de Santa Catarina e Picos, Sudoeste, com o Município de S. Lourenço e a Sul, com o Município de S. Domingos. Encerra a sua fronteira pela orla marítima na zona este.

O Concelho de Santa Cruz está subdividido em três zonas administrativas: Zona Norte, Centro e Sul. Em cada Zona Administrativa existe uma sede – Delegação Municipal instalada – para aproximar os serviços da Câmara Municipal às comunidades locais, permitindo assim que estas se sintam melhor servidas.



O Perfil Urbano da Cidade de Pedra Badejo caracteriza-a nos seus mais variados aspectos, destacando igualmente os pontos fortes e fracos, oportunidades e desafios. Os bairros de Cutelinho, Ponta Belém, Salina, Ponta Achada, Achada Fátima (arredores da Tenda do El Shadai), Bela Vista e arredores são os que implicam maiores desafios de um desenvolvimento integrado da Cidade.

GOVERNAÇÃO URBANA E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

Antes da proclamação de Santa Cruz como Concelho não havia nenhum tipo de infra-estruturação básica e nenhum tipo de serviço. Os Santa-Cruzenses viviam numa dependência total da Cidade da Praia.

Com a elevação de Santa Cruz à categoria de Concelho, através do Decreto-Lei n.º 108/71, de 29 de Março, o mesmo começou a ganhar a sua autonomia e lançar-se na senda do desenvolvimento. Cresceu quanto ao número de residentes (devido ao seu potencial agrícola e vocação marítima) e pouco depois, Pedra Badejo, zona de maior concentração de pessoas, ascende à categoria de Vila. A movimentação de pessoas e bens (pescado e produtos agrícolas) provocou o crescimento da Vila e o desenvolvimento de algumas actividades económicas e ligações com outros Concelhos e Vilas da Ilha. Hoje, a realidade do Concelho e da Cidade de Pedra Badejo em particular (elevada à categoria de Cidade à luz do Artigo 9º da Lei Nº 77/VII/2010, de 23 de Agosto e publicado no BO nº 32, 1ª Série) é bem diferente, quer pelo aumento da população e expansão urbana, quer pelas infra-estruturas a nível de formação e grau de civilidade das pessoas.

Para além dos poderes municipais eleitos (Câmara Municipal, presidido actualmente pelo Prof. Orlando Sanches e a Assembleia Municipal, chefiada pelo Dr. José Jorge M. Silva) existem Delegações Municipais nas zonas norte, centro e sul do Concelho, com poderes delegados pela Câmara Municipal a fim de melhor servir os anseios dos munícipes nas respectivas localidades. Mais próximo dos munícipes estão igualmente os serviços autónomos municipais, quais sejam o SAMUO (Serviço Autónomo Municipal de Urbanismo e Obras) e SAAS (Serviço Autónomo de Água e Saneamento).

Em termos económicos destacam-se os sectores da Agricultura, Pecuária, Pesca, Comércio e Turismo. No sector da Agricultura houve, nos últimos cinco anos, importantes investimentos na modernização do sistema de rega, com a introdução de irrigação gota-a-gota, a hidroponia e sistemas de retenção e distribuição de água da chuva (barragens, cisternas e condutas de água). A par desses investimentos destacam-se a formação profissional no sector agro-pecuário, destinada sobretudo aos jovens do Concelho.

O Sector pecuário está intimamente ligado ao sector da agricultura. Importa referir a introdução de raças melhoradas e a organização dos criadores em Cooperativa de forma a contribuírem para a dinamização da economia local e nacional. O Comércio ganhou um novo impulso com a construção do Novo Mercado e Centro Comercial que têm permitido a intensificação das actividades comerciais entre os Concelhos do Interior de Santiago. O Sector da pesca tem recebido muitos apoios das instituições do Estado, ONGs com embarcação de médio porte e outros equipamentos de navegação, motores de bordo, etc. Os pescadores do Concelho de Santa Cruz têm beneficiado com a instalação dos dispositivos de concentração de peixes (DCPs). Existem associações de pescadores e peixeiras mas, neste momento, encontram-se inoperantes.

A nível do Turismo os primeiros passos vêm sendo dados com a construção de alguns empreendimentos hoteleiros. Augura-se um futuro melhor com os investimentos previstos no sector. Santa Cruz é um dos poucos Concelhos que possui três (3) Zonas Integradas de Desenvolvimento Turístico (ZDTIs), facto que permite perspectivar grandes investimentos nesse sector.

ALOJAMENTO E CONDIÇÕES DE VIDA NOS BAIRROS INFORMAIS

A urbanização de Santa Cruz começou em 1984 com a chegada dos técnicos Austríacos (Cooperação Austríaca) que deram início à reabilitação da zona de triângulo (Largo da Igreja Católica de Pedra Badejo) e Cutelinho, que viria a dar origem ao primeiro plano cadastral do interior de Santiago.

O Planeamento urbano começou em 1991 com a elaboração do primeiro PDU (Plano do Desenvolvimento Urbano) e alguns planos detalhados em Achada Fátima que marcaram uma nova era urbanística na construção da então Vila de Pedra de Badejo.

Os projectos de reabilitação urbana implementados contaram com o financiamento da própria Câmara Municipal, e tem havido alguma participação do Governo, sobretudo no que diz respeito ao Saneamento.

Em matéria do Planeamento Urbano, o então Gabinete Técnico da CMSCZ, hoje Serviço Autónomo Municipal de Urbanismo e Obras (SAMUO), contou com uma grande colaboração da Cooperação Austríaca, concretamente no que concerne à capacitação dos técnicos e apoios em equipamentos.

O Serviço Autónomo Municipal de Urbanismo e Obras (SAMUO) é um serviço municipal com responsabilidades em matéria do planeamento urbano. Concorre em pé de igualdade com outras empresas, para a execução, através de contratos, de projectos de reabilitação e requalificação urbanas.

Tem havido pequenos projectos de intervenção local para se fazer face a determinados problemas urbanos, de iniciativa camarária, que têm tido impacto positivo do ponto de vista correctivo. A Câmara Municipal vem trabalhando para encontrar parceiros internacionais que possam colaborar em projectos de reabilitação e requalificação urbanas, de grandes dimensões.

Os técnicos com responsabilidades no planeamento urbano precisam de mais capacitação e reciclagem no que diz respeito ao planeamento e gestão urbanas. Nesta formação deve-se contemplar, além dos técnicos do SAMUO, também os fiscais e profissionais do Serviço de Saneamento da Câmara Municipal para que possam ter uma maior capacidade de planeamento, gestão e fiscalização urbanas.

SEGURANÇA URBANA

De acordo com os dados do Questionário Unificado dos Indicadores Básicos do Bem-estar (QUIBB 2007) a preocupação com a segurança ocupa o 6º lugar em relação às prioridades definidas pela população local. Cerca 8.7 % de agregados familiares do Concelho considera a segurança uma das prioridades a adoptar pelas autoridades, a seguir à Praia (33, 4 %;) e de Ribeira Grande (Sto. Antão), com 8.2 %.

Um dos maiores desafios, em termos de segurança urbana, tem a ver com a precariedade habitacional, isto é, existe um número elevado de famílias com habitações degradadas, carecendo de recursos para a reabilitação das suas casas. Essas habitações constituem uma grande ameaça à segurança das pessoas. A falta da iluminação pública, sobretudo em zonas da expansão da Cidade, constitui um chamariz para a prática de roubo e outro tipo de delinquência. Ademais, a iluminação de espaços públicos (praças, pracetas, espaços desportivos, etc) oferece mais oportunidades de diversão, de entretenimento e lazer aos utentes que, na maioria das vezes, só tem tempo à noite para estarem com o resto da família e amigos nos lugares atrás indicados.

A Cidade de Pedra Badejo possui apenas uma esquadra responsável para assegurar a cobertura policial a todo o município, contando para o efeito com trinta e nove (39) efectivos. Para situações mais críticas e que exijam a mobilização de mais recursos, a esquadra conta com o apoio do Comando Regional de Assomada, Santa Catarina.

DISTRIBUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS COLECTIVOS DE SEGURANÇA - PEDRA BADEJO

EQUIPAMENTOS COLECTIVOS	BAIRROS	EFFECTIVOS
Esquadra de Santa Cruz	Pedra Badejo	39

Tendo em conta a extensão do Município, a progressiva expansão da malha urbana de Pedra Badejo e o aumento demográfico, a existência de uma única esquadra parece insuficiente.

Para além da Esquadra Policial, foi instalada no Concelho a “Casa do Direito”, cuja missão principal é colaborar na resolução pacífica de pequenos conflitos entre os cidadãos, particularmente entre as famílias. Recentemente, foram concluídas as obras do Palácio da Justiça, um imponente e belo edifício.

São estas instituições que asseguram a ordem pública e a justiça no território Municipal. Entre elas e a Câmara Municipal existem boas relações institucionais o que facilita ainda mais a promoção da segurança, tranquilidade e ordem públicas. A Educação e a Formação Profissional, a par das instituições de promoção da segurança, ordem pública e justiça contribuíram e contribuem para a pacificação no Concelho.

O maior desafio, em termos de segurança urbana, que se coloca tem a ver com a precariedade habitacional (sem se esquecer os riscos que a população corre por falta de iluminação pública), isto é, existe um número elevado de famílias que, de momento, precisa de apoio para reabilitação das suas casas. Muitas delas foram cobertas há já vários anos, pelo que precisam de uma especial atenção por parte das autoridades locais e ONGs, pois se continuarem como estão e com tendência de se degradarem cada vez mais, constituem perigo para as famílias (sobretudo a cobertura). A Câmara Municipal, o Governo e outros parceiros devem conjugar esforços na mobilização de recursos para fazerem face a esta situação.

SERVIÇOS URBANOS DE BASE

De entre os serviços urbanos de base destacam-se:

- ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO

A prestação desses serviços é assegurada pelo Serviço Autónomo de Água (SAAS) e pela Divisão de Saneamento da Câmara Municipal respectivamente. Este último encontra-se sob a dependência directa da Delegação Municipal da região centro. O serviço de saneamento no cumprimento das suas atribuições articula-se com a Vereação do Ambiente e Saneamento da CMSCZ.

- SERVIÇOS DE TRANSPORTES URBANOS

Não existe nenhuma empresa privada ou estatal que preste serviço na área de transporte público. Existem sim transportes particulares individuais que diariamente prestam serviços ao público, bem como a Câmara Municipal e outras instituições e ONGs (BorneFonden) no transporte de alunos. Com o crescimento da Cidade e a necessidade de circulação regular de cargas e pessoas entre a Cidade e povoados vizinhos os proprietários vêm solicitando licenças para serviço de Taxi, que virá garantir mais celeridade, comodidade e segurança aos utentes. Por enquanto, predominam na Cidade as viaturas de caixa aberta e alguns Hiaces que garantem a circulação de pessoas da periferia para o Centro e vice-versa. A maioria das viaturas Hiaces garante a circulação dos passageiros da Cidade para outros Concelhos, nomeadamente o da Praia.

- PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

A Promoção social não se resume aos apoios sociais concedidos em momentos pontuais sobretudo às famílias ou camadas mais vulneráveis da população. A promoção social, no verdadeiro sentido da palavra, significa sobretudo a criação de condições que garantem o desenvolvimento social e económico das famílias e comunidades, tornando-as menos dependentes das estruturas do Estado. Afinal, a pobreza não se combate apenas com assistência social básica aos mais vulneráveis da sociedade. É necessário apoiá-los com actividades geradoras de rendimento, capazes de gerar o auto-emprego e aumentar o seu rendimento.

- SITUAÇÃO DA SAÚDE

Uma das grandes preocupações das autoridades sanitárias, particularmente nos centros urbanos, prende-se com a saúde pública, ou melhor a falta dela. É de se reconhecer o esforço das autoridades locais no combate e prevenção das doenças sazonais. A população da cidade está cada vez mais consciente do seu papel na prevenção dessas doenças. A mesma tem participado em várias actividades e campanhas de prevenção promovidas pela Delegacia da Saúde. No entanto, a sua participação seria melhor, mais efectiva e eficaz se se apostar na promoção da criação de associações de moradores de bairros que possam dar mais de si para o bem-estar individual e colectivo.

O esforço feito na melhoria das condições de atendimento aos doentes, nomeadamente a benfeitoria das instalações do Centro de Saúde, a aquisição de equipamentos e viaturas vêm contribuindo para a melhoria dos cuidados de saúde no Concelho. No entanto, não obstante o incremento significativo do número de médicos a nível do País, Santa Cruz, actualmente, depara-se com um grande défice, segundo as informações do próprio Delegado da Saúde. De realçar que nos povoados de

maior relevância, a seguir à Cidade, existem enfermeiros destacados para atender as demandas a esse nível.

AMBIENTE E RISCOS URBANOS

Em Santa Cruz as vulnerabilidades ambientais identificam-se primeiramente com a falta de saneamento básico no meio habitacional, não obstante a grande maioria da população possua já a água canalizada.

A rede de esgotos que, neste momento, só atinge a Cidade e redondezas, poderá ser alargada, num futuro próximo, para os outros povoados mais importantes do Concelho (Cancelo e Achada Fazenda).

Os dados do QUIBB 2006 revelam que apenas 20% da população possuía casas de banho. Cerca de 70% da população dava destino inadequado às águas residuais e aos resíduos sólidos (arredores das casas ou arribanceiras). Já, segundo os dados do QUIBB 2007 cerca de 27,3 % da população possuía casas de banho com retrete, um aumento de 7.3 % em relação aos dados anteriores. Em relação à evacuação de águas residuais cerca de 49,7 % da população utilizava os arredores da casa, sendo 9.1 % e 1.2 % a percentagem de pessoas que utilizava a fossa séptica e rede de esgoto respectivamente. Em relação aos resíduos sólidos a percentagem era de 35,1 % de pessoas que utilizavam contentores; 42.3 % , que utilizavam outros espaços (natureza) e 13,3 %, que utilizavam o redor da casa. Já segundo o Censo 2010 cerca de 34% de alojamentos possuem instalações sanitárias (um valor que se situa aquém da média nacional, que é de 63 %); 30 % da população com sistema de evacuação de águas residuais, através da fossa séptica. Em relação à utilização da rede de esgoto a percentagem é de 7 %. No entanto, atendendo à intervenção feita a partir de meados de 2010 até esta parte, acredita-se que nessa altura a percentagem actual é muito maior. A partir da Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) será possível aproveitar a água tratada para a irrigação do campo e aumentar o espaço verde no Concelho.

GÉNERO

A questão do género constitui uma preocupação mundial e é um dos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio (Objectivo III: Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia da mulher) que, em princípio, deverá ser alcançado em 2015. Cabo Verde já conheceu um avanço assinalável em matéria da promoção da igualdade e equidade de género, mas persistem ainda desafios importantes a vencer, quais sejam a equidade no acesso aos cargos de Direcção na Administração Pública e cargos políticos mais relevantes, a erradicação da violência contra a mulher, o acesso ao emprego condigno e aos rendimentos. Estes últimos são importantes para Santa Cruz, tendo em conta que a maioria dos chefes de agregado familiar pertence ao sexo feminino, isto é, 57.6 % contra 42.4 % do sexo masculino, uma tendência

contrária à média nacional em que a maioria dos chefes de agregado familiar pertence ao sexo masculino, isto é, 51.9% contra 48.1 % para o sexo feminino (Censo 2010).

No mundo rural, onde a principal actividade económica se resume à actividade agropecuária, pesca e pequeno comércio, a pobreza afecta sobretudo as mulheres chefes de família.

É de salientar que a pobreza, o analfabetismo, a violência doméstica e o desemprego afectam de modo particular as mulheres. Com relação ao desemprego, segundo os dados do QUIBB 2007, a percentagem de mulheres na faixa etária de 25 a 49 anos é de 43,8 %, ao contrário da população masculina na mesma faixa etária, que corresponde a 32,7 %. Quer isto dizer que a mulher tem menor acesso ao mercado de trabalho, e acede a trabalhos de menos qualidade e consequentemente o rendimento é menor, comparativamente aos homens.

A participação comunitária neste presente estudo destaca uma preocupação social pela dignidade sócio-habitacional de algumas famílias, de entre as quais as mulheres solteiras e chefes de famílias.

A promoção da equidade de género e a resposta aos desafios a ela associados deve ser uma tarefa assumida por todos, a começar pelos afectados, passando pelas associações locais, ONGs, instituições religiosas e do Estado, autoridades municipais e seus parceiros.

VIH-SIDA

Como nos demais centros urbanos, assiste-se a uma forte preocupação das instituições sanitárias, da Câmara Municipal, ONG e associações na prevenção do VIH SIDA.

Em Santa Cruz, de 2005 a 2008, foram identificados 57 pessoas vivendo com o VIH, sendo alguns casos de óbitos ocorridos no Hospital Agostinho Neto.

Por autópsia verbal foram registados mais 8 casos de óbitos por Sida, no período 2005 -2008 (total 17, sendo 12 homens e 5 mulheres).

Segundo o Delegado de Saúde o VIH- SIDA constitui a oitava causa de morte no Concelho de Santa Cruz. (Relatório DSSC 2007)

A Delegacia de Saúde, em colaboração com a Câmara Municipal de Santa Cruz, a Delegação do Ministério da Educação, o Centro de Juventude, as ONGs e as Associações Comunitárias, têm vindo a sensibilizar a população local e a promover actividades tais como palestras, teatros, ateliês, informação e sensibilização (educação na rua) entre outras iniciativas de forma a manter a comunidade informada sobre o VIH/SIDA.

GOVERNAÇÃO URBANA E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO



Vista parcial da Cidade de Pedra Badejo

Os elementos que caracterizam a situação urbana do Concelho, embora com algumas especificidades, não diferem muito dos demais centros urbanos do País. Problemas como a segurança e ordem públicas, água e saneamento básico, degradação das habitações e de alguns edifícios públicos, tráfego desordenado de viaturas, associado à escassez ou inexistência de parques de estacionamento e à indisciplina dos peões e condutores, a inexistência de um sistema de drenagem de águas fluviais, vias esburacadas e ruas descalçetadas, entre outros, são elementos comuns a muitas Cidade do País.

A Cidade de Pedra Badejo conheceu, nos últimos anos, um grande crescimento, quer em termos da população (consequência do êxodo rural), quer a nível das infra-estruturas (Paços do Concelho, Palácio da Justiça, Mercado Municipal, Centro de Formação Profissional, Residência estudantil, Casa de acolhimento e reintegração de jovens mães solteiras, Centro de Protecção Civil), quer a nível de água e saneamento (construções de casas de banho para os idosos, ligação domiciliária de água e rede de esgoto, calçetamento de algumas vias de acesso às localidades), como a nível da educação e formação profissional, particularmente dos jovens.

Não obstante os avanços reconhecidos pelos próprios munícipes, persistem ainda desafios que exigem das autoridades municipais, serviços desconcentrados do Estado, ONGs, Associações e munícipes sinergias na procura de respostas. É necessário continuar a apostar no sector de água e saneamento (mais acesso à água para a população, ampliação da rede de esgoto, melhoria do sistema de recolha do lixo); calçetamento de dezenas de ruas da Cidade, bem como na construção de praças e pracetos, parques de estacionamento e espaços desportivos; na formação dos técnicos na área de planeamento, gestão e fiscalização urbanas; na melhoria da iluminação pública; no reforço da segurança; na promoção da cidadania e de uma cultura cívica no seio dos munícipes da Urbe; na socialização e aplicação do Código de Postura Municipal, etc.

GOVERNAÇÃO URBANA

Antes da proclamação de Santa Cruz como Concelho não havia nenhum tipo de infra-estruturação básica e nenhum tipo de serviço, os Santa-Cruzenses viviam numa dependência total da Cidade da Praia.

Com a elevação de Santa Cruz à categoria de Concelho, através do Decreto-Lei n.º 108/71, de 29 de Março, o mesmo começou a ganhar a sua autonomia e lançar-se na senda do desenvolvimento. Cresceu quanto ao número de residentes (devido ao seu potencial agrícola e vocação marítima) e pouco depois, Pedra Badejo, zona de maior concentração de pessoas, ascende à categoria de Vila. A movimentação de pessoas e bens (pescado e produtos agrícolas) provocou o crescimento da Vila e o desenvolvimento de algumas actividades económicas e ligações com outros Concelhos e Vilas da Ilha. Hoje, a realidade do Concelho e da Cidade de Pedra Badejo em particular (elevada à categoria de Cidade à luz do Artigo 9º da Lei Nº 77/VII/2010, de 23 de Agosto e publicado no BO nº 32, 1ª Série) é bem diferente, quer pelo aumento da população e expansão urbana, quer pelas infra-estruturas a nível de formação e grau de civilidade das pessoas.

Se é verdade que a cidade de Pedra Badejo tem-se consolidado como o principal centro urbano do concelho, alguns povoados têm vindo a ver crescer a sua importância demográfica e o seu processo de urbanização, nomeadamente Cancelo e Achada Fazenda.

CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO

De acordo com o Censo 2010 o Concelho de Sta Cruz possui cerca de 26.617 habitantes, correspondente a 9.7 % da população da Ilha de Santiago (com 274.044 hab)

e 5.4 % do todo nacional, que actualmente conta com cerca de 491. 875 habitantes. Desses 26.617, 12.863 são do sexo masculino, correspondente a 48,3%, e 13.754 são do sexo feminino, correspondente a 51,7 %. De acordo com o meio de residência cerca de 9.345 efectivos residem no meio urbano (35,1%) e 17.246 vivem no meio rural (64.9 %).

A taxa de crescimento médio anual (TCMA %) da população do Concelho é de 0,5 %, abaixo da média nacional que é de 1,23 %. As zonas mais populosas são: A Cidade de Pedra Badejo e as Localidades de Achada Fazenda e Cancelo. Em relação ao tamanho do agregado familiar é de 4.6, um pouco acima da média nacional, que é de 4,2. Importa ainda destacar que de entre os chefes de agregado familiar 42.4% são do sexo masculino e 57,6 % são do sexo feminino.

ACTIVIDADES ECONÓMICAS

Santa Cruz tem no sector primário a sua principal actividade económica. Com efeito, a agricultura e a pecuária bem como a pesca, esta particularmente na cidade de Pedra Badejo, são os principais absorvedores da mão-de-obra e produtores da riqueza municipal.

É verdade que de forma progressiva o sector terciário, particularmente os serviços e a hotelaria e o turismo, começa a ganhar uma nova dinâmica de desenvolvimento, a par do sector do comércio.

O sector secundário, das indústrias extractivas, de mineração e de transformação não são muito significativos. Contudo, o sector da carpintaria e marcenaria apresenta alguma presença na cidade de Pedra Badejo. As potencialidades no sector da transformação agro-alimentar são importantes, como chegou a acontecer no passado. Prevê-se ainda a implantação de uma indústria de produção de cimentos que, em se concretizar, poderá dinamizar ainda mais a economia do município.

COMÉRCIO

Historicamente o comércio no Concelho não passava de feiras em dias certos onde se reuniam feirantes e populações para compra e venda de produtos. Os produtos manuais tinham grande ênfase no mercado, como por exemplo, os balaios de carriço ou cordas, as esteiras de ripas de folhas de bananeiras, etc. No mesmo espaço aproveitavam as famílias para expor e vender os produtos pecuários domésticos em pequena quantidade. Da mesma forma os produtos agrícolas se escoavam através deste tipo de comércio.

Com base na técnica da observação directa e participativa¹, é de referenciar dois aspectos relevantes

¹ Enquanto residente neste concelho participo do mesmo modo de vida.



Actividade Comercial na Cidade de Pedra Badejo

do desenvolvimento comercial: o comércio informal ganha nova expressão no mercado onde muitas famílias usam as suas casas para vender e revender os seus produtos. É habitual as pessoas usarem as suas casas, barracas, ou pequenos quiosques para matança de porcos, vacas, galinhas e cabras, e ainda para venda a retalho. Tais práticas não garantem nenhuma segurança alimentar e carecem de qualquer tipo de inspecção, por outro lado têm o seu ponto positivo dado que as famílias são pobres e obtêm um rendimento através desta prática comercial.

O segundo aspecto refere-se ao aparecimento dos minimercados no Concelho competindo concorrencialmente com outras práticas comerciais pouco formais. É um tipo de mercado formal que está a ganhar terreno com garantia de maior qualidade. Segundo o levantamento feito nas zonas administrativas, alguns estão instalados nos principais centros urbanos, havendo zonas com dois ou três em média. Este segundo aspecto saliente traz grandes vantagens para o Concelho na medida em que são garantidas a quantidade e a qualidade.

TURISMO

O turismo parte de uma consciência colectiva, do gosto pelo que é nosso, para que os outros possam apreciar. Santa Cruz apresenta condições naturais que poderão ser potencializadas para o desenvolvimento do Concelho, nomeadamente, as paisagens exóticas, a sua riqueza cultural, a gastronomia, o mar, a música: funaná, batuque, finason e tabanka.

Apesar do turismo ser uma vertente ainda por explorar poderá vir a constituir uma oportunidade para o desenvolvimento sócio-económico do Município, devido às condições geográficas e naturais atraentes para a sua prática tanto de montanha, como de praia.

Apesar de não existir um plano turístico, o que impede o desenvolvimento deste sector, o turismo está a dar os seus primeiros passos na hospedagem/acolhimento dos



Perímetro agrícola nos arredores da Cidade de Pedra Badejo



visitantes com a construção de pensões e hotéis, tudo graças a iniciativas privadas.

Não existem centros de exposição cultural nem escolas de arte que favoreçam o desenvolvimento tanto da cultura local como da atracção turística.

Contudo, encontram-se em curso projectos que possivelmente colmatarão esta 'lacuna', como a criação da escola de música e artes plásticas e a criação de um centro de iniciativa juvenil. Ambos os projectos estão virados para o mundo das artes, formação e capacitação dos jovens. No domínio da restauração há poucos restaurantes qualificados com pratos típicos, servindo com base numa ementa. São de pequena dimensão e com um público muito reduzido².

A pressão sobre os solos urbanos decorrente, por um lado, do processo de urbanização e das migrações internas e internacionais e, por outro, do investimento privado nacional e externo no domínio da imobiliária turística tem feito com que a especulação fundiária tenha ganho contornos relevantes a nível nacional com implicações no acesso a terras para a construção de habitação própria por parte das populações com menores recursos, bem como para a implementação de políticas públicas de ordenamento do território urbano, de planeamento e gestão do espaço urbano, e ainda de uma adequada política nacional de habitação nas cidades.

Neste sentido, impõe-se, a nível do país, um equacionamento global da problemática fundiária urbana, condição essencial para uma nova política de cidades em Cabo Verde.

ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

O Município de Santa Cruz foi criado em 1971 pelo Diploma Legislativo 1750 que revê a divisão administrativa das freguesias da ilha de Santiago. Actualmente, do ponto de vista organizacional, o Município dispõe, nos termos legais, de um executivo municipal, denominado Câmara Municipal, e um órgão deliberativo, a Assembleia Municipal. A Câmara Municipal é liderada por um Presidente, eleito por sufrágio directo e universal, e por um corpo de vereadores, também eles eleitos por sufrágio directo e universal. O Presidente e os vereadores dirigem e supervisionam todos os serviços da Câmara Municipal.

A estrutura organizacional da Câmara Municipal de Santa Cruz é constituída: Gabinete do Presidente, Gabinete de Cooperação, Comunicação e Imagem, Gabinete de Estudos, Planeamento e Projectos, Gabinete de Desenvolvimento Local, Gabinete do Planeamento e Desenvolvimento Urbano, Ambiente, Saneamento, Equipamento Urbano e Trânsito, Gabinete dos Recursos Humanos, Orçamento, Auditoria Interna, Comércio e Desenvolvimento Económico, Gabinete de Juventude, Cultura, Desporto, Associativismo e Poder Infra-Municipal, Dois Serviços Autónomos Municipais, a saber: o Serviço Autónomo Municipal de Urbanismo e Obras (SAMUO) e o Serviço Autónomo de Água e Saneamento (SAAS); Três Delegações Municipais, o Gabinete de Administração Fiscal e o Gabinete Administrativo e Financeiro. Actualmente a Câmara Municipal conta com 443 funcionários sendo 7 técnicos superiores.

² Informação extraída com base na observação directa, mas que pode ser desenvolvida com maior rigor científico na segunda parte deste trabalho.

ESTRUTURA REGULADORA

Os instrumentos legais que incidem sobre as áreas urbanas são o Código de Postura Municipal que dispõe sobre o regime das posturas do Município de Santa Cruz e que foi recentemente aprovado pela Assembleia Municipal.

Conforme a Lei do Estatuto dos Municípios (Nº134/IV/95 – 3 Julho), os municípios são responsáveis pelas seguintes tarefas: espaços verdes, mercados, serviços de bombeiros, sistema de drenagem, lixo e limpeza pública, património cultural ou urbano, protecção ambiental, conservação de árvores e estabelecimento de reservas municipais.

De igual modo, de acordo ainda com o Estatuto do Municípios, para além dessas responsabilidades, os municípios devem apoiar os grupos vulneráveis na sociedade, promover o desenvolvimento sócio-económico, saúde, cultura, lazer, desporto e educação.

MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS

O Município angaria fundos através dos serviços que presta a terceiros e para os quais o quadro legal permite contrapartidas financeiras, nomeadamente a venda de terrenos e cobrança de impostos. Trabalha também com fundos que são transferidos pelo Governo mensalmente, que se chama, Fundo de Equilíbrio Financeiro.

No âmbito da cooperação descentralizada, o Município conta, ainda, com recursos importantes para a realização de alguns investimentos municipais. De ressaltar ainda, a existência de alguns projectos financiados pela cooperação internacional, tanto a bilateral quanto a multilateral, num processo negocial em articulação com o Governo de Cabo Verde.

A Câmara Municipal de Santa Cruz tem mobilizado junto de seus parceiros nacionais e internacionais recursos que lhe permitiu consolidar a execução das suas actividades.

GOVERNAÇÃO URBANA	Proposta de projecto	Ficha de projecto nº 9
	Reforço de capacidade Institucional	

ALOJAMENTO E CONDIÇÕES DE VIDA NOS BAIRROS INFORMAIS

A Cidade de Pedra Badejo, hoje sede do Concelho de Santa Cruz, como foi dito atrás, surgiu de forma espontânea, sem planificação. Foi a partir dos anos noventa (90) que as autoridades municipais começaram com as primeiras iniciativas de planeamento na localidade de Achada Fátima. De momento, o Município conta com projectos de planeamento nos seguintes bairros: Achada Vigia, Ilha, Bela Vista e Cruzeiro, Achada Fátima, Ponta Achada, Achada Fazenda, Terra Branca, etc. A Cidade está em franca expansão mas de forma planificada, ao contrário do que acontecia no passado. A falta de planificação tempestiva afectou negativamente os bairros mais antigos da Cidade, tais como Cutelinho, uma parte da localidade de Porto Abaixo e Porto Acima, Bela Vista, Salina e Ponta Achada. Já na zona de Achada Fátima é bem patente os resultados do planeamento e da urbanização. Aliás, é a zona onde concentra as principais infra-estruturas do Concelho.

A tipologia das habitações varia conforme o local em causa. Nas zonas de produção agrícola, as casas são do tipo tradicional, construídas com pedra e cobertas de colmo, lusalites, telhas e, actualmente, de betão armado, isto, nos compartimentos principais. O colmo, antes vulgarmente utilizado na cobertura de compartimentos complementares, cozinha e casas de animais, vai dando lugar a cobertura de betão devido, por um lado, à escassez do colmo e, por outro, às novas práticas de construção adoptadas, um pouco por todo o lado.

Já na Cidade de Pedra Badejo, a tipologia é variável. Encontram-se aqui desde habitações unifamiliares (tipo “duplex”) a pequenas habitações, construídas de forma faseada e que quase nunca ficam concluídas. As construções inacabadas (com início de construção dos pisos de cima, sem pintura e às vezes sem reboco), pardeiros, lotes por construir predominam em toda a Cidade. O panorama da Cidade é, por isso, cinzento, com algumas casas acabadas e pintadas a sobressair pelo meio. As habitações mais comuns e de padrão inferior possuem, normalmente, dois quartos e um corredor que coincide com a sala. Muitas casas, sobretudo nos bairros de Salina, Ponta Achada, Bela Vista, e principalmente Cutelinho, não dispõem de casas de banho. As famílias aproveitam os arredores das casas para satisfazerem as necessidades fisiológicas.

Na Cidade ainda encontramos edificações antigas, construídas à base de pedra basáltica que outrora dominaram pela sua arquitectura frondosa e que de momento precisam de ser reabilitadas. No passado as casas eram construídas somente de pedra e a cobertura era feita de palha e o chão era de terra batida. Somava-se à casa um quintal que ficava na parte traseira e que servia como cozinha e criação de animais domésticos. A estas casas chamavam-se “casa de palha”. Actualmente as famílias, por mais pobres que sejam, procuram substituir as coberturas de palha (que hoje são raras) por cobertura de madeira e lusalite ou betão armado.



Casas degradadas na zona de Ponta Achada – arredores da Vila de Pedra Badejo



Espaço Urbano do Centro da Cidade de Pedra Badejo

De acordo com os dados do QUIBB 2007 cerca de 88,6 % das famílias possuíam habitação própria, valor que se situa acima da média nacional, que era de 69,8%. De acordo com o Censo de 2010 houve um aumento de 0,3 % (passou para 88,9 % a percentagem de famílias com casa própria). Se esse número é reconfortante, já não se pode dizer a mesma coisa quando a pergunta é “qualidade de habitação”. A precariedade habitacional traduz-se em cerca de 44 % de casas que não possuem condições de habitabilidade (INE-QUIBB 2007).

ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

O Serviço Autónomo Municipal de Urbanismo e Obras (SAMUO) é um serviço municipal com responsabilidades em matéria do planeamento urbano. Concorre em pé de igualdade com outras empresas, para a execução, através de contratos, de projectos de reabilitação e requalificação urbanas.

Tem havido pequenos projectos de intervenção local para se fazer face a determinados problemas urbanos, de inicitiva camarária, que têm tido impacto positivo do ponto de vista correctivo. A Câmara Municipal vem trabalhando para encontrar parceiros internacionais que possam colaborar em projectos de reabilitação e requalificação urbanas, de grandes dimensões.

ESTRUTURA REGULADORA

O Estado é proprietário de grande parte do terreno em Cabo Verde. Ele determina os limites administrativos dos Municípios. O direito de planear, desenvolver e conceder licenças de usuários é atribuído as autoridades Municipais com o consentimento final da Assembleia Municipal.

Em Santa Cruz, a maioria dos terrenos existentes nas áreas urbanas e peri-urbanas pertence ao Município. O Município é responsável pelo provimento de serviços na ampliação das áreas urbanas dentro dos parâmetros estabelecidos pelo Plano Director Municipal.

Nas áreas pertencentes ao Estado, o Município pode solicitar ao Estado a sua ocupação de acordo com os documentos justificativos da ampliação das áreas urbanas. Particulares podem ter o direito de uso e aproveitamento de terrenos mediante um requerimento dirigido ao Presidente da Câmara Municipal.

O Plano de Ordenamento de Pedra Badejo, em processo de elaboração, propõe a criação de quatro (4) Unidades Operativas de Planeamento e Gestão. As UOPG demarcam espaços de intervenção com uma planeada ou pressuposta coerência e que devem ser tratados a um nível de planeamento de maior detalhe. A partir dali desenvolvem-se planos ou projectos de gestão e Planos detalhados (6 PD).

MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS

Em matéria de habitação social o Município tem mobilizado recursos para fazer face ao Planeamento da Cidade, incluindo a melhoria das casas degradadas pertencentes às famílias menos possidentes, sendo o serviço técnico responsável pela materialização dessas políticas, o SAMUO. Tem havido pequenos projectos de reabilitação de habitação social nos diferentes povoados e bairros da Cidade e do Concelho em geral visando fazer face a uma grande demanda em matéria de melhoria das habitações.

O Projecto “ Casa para todos” é um programa do Governo Central que tem cooperado com os Municípios em matéria de reabilitação de casas degradadas, do qual a Câmara Municipal de Santa Cruz tem beneficiado juntamente com outros municípios do País. Ainda, existe o Projecto “Operação Esperança”, também liderado pelo Governo, que é executado pelas associações comunitárias dos Municípios. As autoridades municipais não têm poupado esforços na mobilização de parceiros que possam colaborar em projectos de reabilitação e requalificação urbanas de grandes dimensões.

As ONGs como a SOLMI, OMCV, BorneFonden, e outros parceiros, nomeadamente a Cooperação Portuguesa (através do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento--IPAD), HABITÁFRICA, etc, têm igualmente contribuído em acções dessa natureza.

Embora tenha o Município de Santa Cruz mobilizado parcerias e recursos em prol do desafio de reabilitação de casas degradadas, ainda continua sendo o desafio principal dentro da sua actividade a reparação dos tectos das casas, rebocos, pintura das mesmas, aruamento, calcetamento das ruas, etc.

BAIRROS INFORMAIS	Proposta de projecto	Ficha Projecto N° 1
N° 1	Reabilitação de 3000 moradias sociais	

BAIRROS INFORMAIS	Proposta de projecto	Ficha Projecto N° 4
N° 2	Aruamento e calcetamento de 50 novas ruas	

SEGURANÇA URBANA

Um dos maiores desafios, em termos de segurança urbana, tem a ver com a precariedade habitacional, isto é, existe um número elevado de famílias com habitações degradadas, carecendo de recursos para a reabilitação das suas casas. Essas habitações constituem uma grande ameaça à segurança das pessoas. A falta da iluminação pública, sobretudo em zonas da expansão da Cidade constitui um chamariz para a prática de roubos e outros tipos de delinquência. Ademais, a iluminação de espaços públicos (praças, praças, espaços desportivos, etc) oferece mais oportunidades de diversão, de entretenimento e lazer aos utentes que, na maioria das vezes, só tem tempo à noite para estarem com o resto da família e amigos nos lugares atrás indicados.

Não obstante o registo de alguns ganhos em matéria de segurança e prevenção da violência urbana, persistem ainda desafios, dos quais se destacam:

Os efectivos (um agente para cada 682,48 habitantes) deparam-se com insuficiência de meios (Viaturas, combustível) para a execução das suas tarefas diárias;

Necessidade da dignificação da Polícia Nacional, através da melhoria das condições de infra-estruturas;

Inexistência de esquadras nos restantes povoados de maior concentração da população (AchadaFazenda e Cancelo) e que possam atender as demandas a norte e sul do Concelho;

Necessidade de capacitação regular e/ou reciclagem dos agentes em função das necessidades identificadas e desafios actuais da segurança pública;

Materialização efectiva do “Polícia de proximidade”;

Aposta em projectos de formação profissional dos jovens para a sua integração no mercado de trabalho;

Dinamização de associações de moradores, como parceiros na prevenção da violência urbana;

ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

A Cidade de Pedra Badejo possui apenas uma esquadra responsável por assegurar a cobertura policial a todo o município, contando para o efeito com trinta e nove (39) efectivos. Para situações mais críticas e que exijam a mobilização de mais recursos, a esquadra conta com o apoio do Comando Regional de Assomada, Santa Catarina.

Tendo em conta a extensão do Município, a progressiva expansão da malha urbana de Pedra Badejo e o aumento demográfico, a existência de uma única esquadra parece ser insuficiente.

Para além da Esquadra Policial, foi instalada no

Concelho a “Casa do Direito”, cuja missão principal é colaborar na resolução pacífica de pequenos conflitos entre os cidadãos, particularmente entre as famílias. Recentemente foram concluídas as obras do Palácio da Justiça, um imponente e belo edifício, tornando os serviços do Tribunal da Comarca e de Procuradoria da República mais funcionais e com melhor dignidade enquanto órgãos de soberania.

São estas instituições que asseguram a ordem pública e a justiça no território Municipal. Entre elas e a Câmara Municipal existem boas relações institucionais o que facilita ainda mais a promoção da segurança, tranquilidade e ordem públicas. A Educação e a Formação Profissional, a par das instituições de promoção da segurança, ordem pública e justiça contribuíram e contribuem para a pacificação do Concelho.

ESTRUTURA REGULADORA

A vanguarda da segurança urbana é garantida pela autoridade local máxima que é a Câmara Municipal que, por sua vez, recorre aos serviços centrais e locais sempre que possível para repor a ordem, assim como, para manter um ambiente de paz, concórdia, de trabalho e de convivência mobiliza parcerias para garantir melhores condições de vida aos munícipes. Por isso mesmo a Câmara sensibiliza os vários serviços no sentido de:

Criação de um Plano de trabalho policial que permita uma maior proximidade e confiança entre os cidadãos e instituições.

Planear o ordenamento do território cujas bases estão reguladas no Decreto – Legislativo nº 1/2006 de 13 Fevereiro, influi positivamente na segurança da Cidade.³

No que diz respeito à Polícia, é particularmente a atribuição do município no que concerne a emissão e fiscalização do cumprimento de posturas e regulamentos policiais com vista, designadamente, a defesa e protecção da saúde pública e do meio ambiente, a segurança na circulação de viaturas e peões nas vias públicas ao respeito das normas de gestão urbanística.

³ Decreto – Legislativo, 2006.

As funções municipais de polícia são exercidas em estreita articulação com os serviços da administração central com intervenção em áreas afins, em especial os serviços da polícia de ordem pública, cujas forças os municípios recorrerão, quando necessário para assegurar o cumprimento das suas decisões (Decreto nº 112/90, 08 de Dezembro, regula o destacamento de pessoal com funções policiais para prestar serviço (s) aos municípios, enquanto não for organizado o corpo da polícia municipal).

Tabela 1. Evolução da criminalidade - Pedra Badejo, fonte: estudo RSA, 2011 do MAHOT e ONUHabitat

EVOLUÇÃO DA CRIMINALIDADE								
PEDRA BADEJO	TODOS DE CRIMES			CRIMES GRAVES			TOTAL NACIONAL	
	2008	2009	Difer.	2008	2009	Difer.	2008	2009
Crimes CCP	504	395	-109	313	219	-94	10537	10650
Crimes CCPT	170	211	41	101	135	34	10270	11317
TOTAL	674	606	-68	414	354	-60	20807	21967

Todos os crimes CCP (crimes contra pessoas) da Cidade de Pedra Badejo no ano de 2008, registados pela PN, foram em número de 504 e no ano de 2009 foram em número de 395, havendo uma redução de 109 casos. Já os crimes CCPT (crimes contra propriedade) foram em número de 170 no ano de 2008 e 211 no ano de 2009, registando um aumento de 41 casos.

Ainda de acordo com o estudo RSA, 2011 do MAHOT e ONUHabitat os crimes graves ou violentos são em menor número, registando um valor de 313 casos CCP em 2008 contra 219 em 2009 e, tratando-se dos CCPT são 101 em 2008 e 135 em 2009. Neste último caso existe um aumento de crimes graves CCPT de mais 35 casos mas, no cômputo geral há uma redução considerável.

MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS

A Câmara Municipal e o Governo devem tudo fazer para mobilizar recursos junto dos parceiros visando pôr cobro aos principais problemas da Cidade através de implementação de vários projectos que, pela certa, terão impacto positivo no aspecto físico e social da Cidade e na forma de estar e ser dos Cidadãos. A Iluminação pública constitui um desses projectos.

SEGURANÇA URBANA Nº 1	Proposta de projecto	Ficha Projecto Nº 7
	Melhoramento da iluminação pública	

SERVIÇOS URBANOS DE BASE

O ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO

A água constitui um bem social, necessário ao bem-estar do homem, mas também um recurso à volta do qual se desenvolvem actividades económicas geradoras de rendimento, propiciadoras da melhoria das condições de vida dos próprios utilizadores. Por isso mesmo, o regime tarifário deve ser um instrumento de gestão dos recursos hídricos e, ao mesmo tempo, um meio através do qual se procura o equilíbrio financeiro para o sector, visando sempre a melhoria da prestação de Serviço aos clientes/consumidores.

SERVIÇO DE TRANSPORTES URBANOS

Os serviços dos transportes rodoviários são assegurados pela iniciativa privada através de carrinhas de passageiros e comerciais adaptadas para o efeito. O aumento de circulação de viaturas verifica-se sobretudo pela demanda dos estudantes que, na falta de Escolas Secundárias na periferia (por exemplo nos outros maiores povoados a seguir à Cidade: Canelo e Achada Fazenda), são obrigados a se deslocarem diariamente para o Centro da Cidade e deste para os seus locais de residência. A construção de mais escolas secundárias no Concelho terá implicações positivas na melhoria da qualidade de ensino, particularmente, a nível do subsector do Ensino Secundário, na redução dos encargos das famílias, bem como dos riscos que a deslocação diária (e em condições precárias de segurança) dos alunos acarreta. A par disso e considerando o crescimento da população urbana o aumento de circulação de pessoas e viaturas, impõe-se a formação dos motoristas e peões em matéria da educação rodoviária (parceria entre a Câmara Municipal de Sta Cruz, Escolas de Condução e Direcção Geral dos Transportes Rodoviários (DGTR), permitindo assim que haja disciplina no trânsito, em que motoristas e peões possam respeitar as normas estabelecidas.



Transportes colectivos de Santa Cruz

PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Os serviços sociais realizados no âmbito da promoção social constituem uma acção conjunta do Município e do Governo. A comparticipação da Câmara Municipal é destinada à assistência social tal como: compra de medicamentos, disponibilização de alimentação, pagamento de rendas de casas, propinas escolares, disponibilização de alojamento, transportes e outros. Por outro lado, salientamos a comparticipação do Ministério da Família e Solidariedade Social a nível das prestações das pensões sociais.

O desenvolvimento do sector social, desde logo, não parece uma tarefa fácil tendo em conta os parâmetros da pobreza supra analisados. Qualquer intervenção deve ser integrada e multidisciplinar a fim de afectar a realidade em múltiplas vertentes.

SITUAÇÃO DA SAÚDE

O Sector da Saúde no Município teve ganhos consideráveis em 2010. A entrada em funcionamento do laboratório de análises clínicas em 2010 veio não só reduzir o tempo de espera mas também, os custos associados à realização das análises bem como aumentar a capacidade de resposta do Hospital de Pedra Badejo em termos de meios auxiliares de diagnóstico.

O Centro de Saúde dispõe actualmente de uma psicóloga que, de entre várias actividades de apoio e atendimento, faz o acompanhamento dos toxicodependentes, os doentes do VIH-SIDA, mas também às pessoas que chegam ao Centro com doenças derivadas do consumo excessivo do álcool, um dos graves problemas do Município.

A promoção da Saúde, sobretudo dos cuidados primários da saúde, não deve ser da responsabilidade exclusiva das autoridades e agentes da saúde, mas sim de toda a sociedade civil organizada, parceiros e comunidade em geral. Num País com poucos recursos para arcar com os custos da saúde importa mais agir na prevenção do que no tratamento das doenças.

ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

A prestação desses serviços é assegurada pelo Serviço Autónomo de Água (SAAS) em colaboração com a Delegacia de Saúde Local e Divisão de Saneamento da Câmara Municipal respectivamente. Este último encontra-se sob a dependência directa da Delegação Municipal da região centro. O serviço de saneamento no cumprimento das suas atribuições articula-se com a Vereação do Ambiente e Saneamento da CMSCZ.

No entanto, não obstante o incremento significativo do número de Médicos a nível do País, Santa Cruz, actualmente, depara-se com um grande défice, segundo as informações do próprio Delegado da Saúde. Todas estas unidades de serviço são coordenadas directa e unicamente pela Delegacia de Saúde. Apenas 3 (três) médicos e 14 (catorze) enfermeiros compõem o corpo clínico do Concelho. Também, e como referido anteriormente, o Centro de saúde dispõe actualmente de uma psicóloga que, de entre várias actividades de apoio e atendimento, faz o acompanhamento dos toxicodependentes, as pessoas vivendo com o VIH-SIDA.

A supervisão e o controlo do tráfego urbano de viaturas são assegurados pela Direcção Geral dos Transportes Rodoviários (DGTR), em parceria com a Câmara Municipal, permitindo assim que haja disciplina no trânsito de pessoas bens e serviços na cidade.

ESTRUTURA REGULADORA

A Assembleia Municipal é a primeira estrutura de regulação. Nas suas deliberações definem-se as tarifas de água, as políticas de saneamento, entre outras deliberações.

De acordo com o Estatuto dos Municípios, estes são responsáveis, nos termos da lei, pelo saneamento básico e salubridade, e nomeadamente: estabelecimento e gestão do sistema municipal de abastecimento de água, de esgostos, descargas, evacuação e reutilização de água usadas ou residuais, também na recolha, tratamento, aproveitamento ou destruição de lixos e de limpeza pública e de tratamento e controlo de qualidade da água.⁴

De igual modo, como disposto no Estatuto dos Municípios, para além destas responsabilidades os Municípios devem apoiar na construção, equipamentos, gestão, manutenção de unidades sanitárias de base; promoção e controlo da aplicação de normas de saúde e higiene públicas demandadas das autoridades sanitárias; promoções de campanhas e programas de educação sanitárias, dentre outros.⁵

No domínio dos transportes é nomeadamente atribuição do Município o que respeite a: exercício de autoridade rodoviária nas estradas Municipais; planeamento e implementação do sistema de transporte de passageiros; ordenamento e sinalização do trânsito e estacionamento de veículos automóveis nos aglomerados urbanos e a concessão da exploração do serviço de transportes colectivos urbanos.

No domínio da Promoção Social, constituem atribuições do município a promoção de acções, campanhas e programas de protecção e apoio a grupos vulneráveis; protecção dos direitos da criança contribuindo para a criação das condições necessárias ao exercício efectivo dos seus direitos; atendimento aos jovens; integração dos idosos na comunidade defendendo a sua dignidade e o seu bem-estar; inserção dos portadores de deficiência na vida social e económica.

MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS

A Câmara Municipal, com o apoio do Governo, dos organismos de Cooperação Internacional e de Organizações da Sociedade Civil, viu-se na obrigação de priorizar o sector da água no seu plano de acção, visando melhorar a sua produção e distribuição, tanto para a rega como para o consumo doméstico, levando-a às mais dispersas localidades do Concelho, tais como: Monte Negro, Librão, Boca Larga; Cancelo/Covão Sanches, Achada Bél-Bél, Terra Branca, Serelho, Achada Laje, Achada Ponta, Saltos, Renque Purga, etc, quer por ligação domiciliária, quer por via auto-transportada.

Actualmente uma parte significativa da Cidade de Pedra Badejo encontra-se coberta com rede pública de esgotos e uma Estação de Tratamento de Aguas Residuais (ETAR). Até ao início do ano de 2010 cerca de 400 famílias possuíam casas ligadas à rede de esgoto e cerca de 200m³ de água/dia era tratada na ETAR.



Sistema de Abastecimento de Água/ETAR

⁴ Lei do Estatuto dos Municípios, 1995.

⁵ Idem.

A partir de Maio de 2010, com o financiamento da União Europeia, foram feitas mais 633 ligações domiciliárias à rede de esgotos o que totaliza 1033 ligações, para além da construção de quarenta e três (43) casas de banho e ligação de mais cento e cinquenta (150) casas à rede pública de água. Estas intervenções vêm contribuir para a dignificação de Pedra Badejo, enquanto nova Cidade.

Destaca-se o importante papel das associações comunitárias no processo do desenvolvimento local, que, em parceria com a Câmara Municipal, Direcção Geral de Educação e Formação de Adultos, SOLMI, ACDI-VOCA, MORABI, OMCV, CARITAS, BOrneFonden, MSP (Movimento Sviluppo e Pace), AMSES (Associação Missionária de Solidariedade e Desenvolvimento) ONGs italianas, entre outras instituições sociais, vêm apoiando no desenvolvendo dos sectores da agricultura, pesca, pecuária, habitação social, concessão de micro-crédito e apoio à formação profissional dos Jovens e Adultos.

É certo que a pobreza não se combate apenas com assistência social básica. É necessário apoiar as famílias vulneráveis com actividades geradoras de rendimento, capazes de criar o auto-emprego e aumentar o seu rendimento. Para isso é preciso apostar na educação e formação das pessoas, particularmente os jovens, por forma a haver :

- Mudanças de mentalidade e atitude no que diz respeito à pobreza e não só;
- Substituição da cultura de dependência por um espírito empreendedor e criativo;
- Sentido de oportunidades na dinamização de actividades geradoras de rendimento, emprego e auto-emprego;

A Câmara Municipal tem dado um grande contributo a nível do transporte escolar, arcando anualmente com um custo muito elevado, suportado pelo seu orçamento. Outras instituições, nomeadamente a BorneFonden e a FICASE também colaboram para a redução dos encargos das famílias na educação dos seus filhos.

A morfologia de Santa Cruz caracteriza-se por um emaranhado de montes, ribeiras e achadas. As pequenas serras, por seu turno, vão-se aplanando, dando lugar aos planaltos, normalmente denominados de “Achadas”.

SANEAMENTO Nº 1	Proposta de projecto	Ficha de projecto nº 2
	Ligação domiciliária à Rede de Esgoto e Construção de Casas de Banho na Cidade de Pedra Badejo e arredores	

SANEAMENTO Nº 2	Proposta de projecto	Ficha de projecto nº 5
	Aquisição de Contentores e Viaturas para a recolha de Lixo	

SANEAMENTO Nº 3	Proposta de projecto	Ficha de projecto nº 3
	Produção e distribuição de água para a Cidade e Arredores	

AMBIENTE E RISCOS URBANOS

A partir do estudo de mapas e cartas geográficas do Concelho, é possível distinguir diversas áreas geomorfológicas de acordo com um maior ou menor predomínio das elevações. A zona de Saltos e outras são condicionantes a um certo tipo de clima e de actividades económicas propícias em cada região.

Pois, um dos riscos da construção urbana prende-se com a derrocada das casas e tectos que aumenta nas épocas chuvosas em todo Concelho e em particular na Cidade de Pedra Badejo e arredores. O problema central em Santa Cruz, mais concretamente da Cidade, e que pode constituir o maior risco urbano tem a ver com as habitações degradadas, ou seja habitações que carecem de reabilitação, nomeadamente tectos, paredes, acabamentos e pinturas.

Cerca de 60% das casas no Concelho precisam de reabilitação dos tectos com alguma urgência por terem sido construídas numa altura em que havia falta ou pouca mão-de-obra especializada e de técnicos de construção civil. De momento, os serviços de promoção social da Câmara Municipal se deparam com cerca de oito mil pedidos de apoio para reabilitação de tectos de casas que estão em perigo de derrocada, ameaçando a segurança das famílias.



Aspecto de um tecto degradado numa residência familiar em Cutelinho.

Entretanto, outros riscos se admitem quando chove com alguma intensidade e durante um determinado espaço de tempo, como inundação de algumas vias e ruas por não haver sistema de drenagem de água. Nestas circunstâncias as famílias são confrontadas com infiltração de água das chuvas, por serem mal construídas.

ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

A Câmara Municipal de Santa Cruz teve que adoptar políticas e medidas importantes de ordenamento do seu território de forma a melhor organizar o espaço urbano em termos de ocupação e uso para habitação, comércio, indústria e turismo. É neste âmbito que foi elaborada uma série de planos detalhados de várias zonas da Cidade.

Elaborou-se o Plano de Desenvolvimento Urbano do Litoral, o PDU-LSMC, que permite a afectação de solos compatível com as preocupações ambientais e com o desenvolvimento sustentado da Cidade. Este plano abrange a parte Este do Concelho de Santa Cruz e apresenta uma grande diversidade ecológica e paisagística. O seu litoral tem 15 km de extensão, sendo 7 km com 400 metros de largura do Litoral Centro, com uma superfície de 497 hectares.

O Plano de Ordenamento, em elaboração, propõe a criação de quatro (4) Unidades Operativas de Planeamento e Gestão. As UOPG demarcam espaços de intervenção com uma planeada ou pressuposta coerência e que devem ser tratados a um nível de planeamento de maior detalhe. A partir dali desenvolvem-se planos ou projectos de gestão e Planos detalhados (6 PD).

ESTRUTURA REGULADORA

As Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG) deverão fornecer indicadores mais pormenorizados e definir a implantação e imagem pretendidas para as áreas assinaladas, permitindo ao Município a criação de uma estrutura de gestão urbanística por unidades do território. Elas (UOPG) contribuem para a Governação Urbana na medida em que permite, promove ou proporciona:

- Identificação de lugares de interesse histórico, turístico, cultural, económico, urbanístico, etc;
- Recuperação paisagística e identificação de áreas de lazer e recreio;
- Recuperação e requalificação paisagística de zonas degradadas e intervenção ao nível de saneamento;
- Revitalização dos espaços urbanos e sua inter-relação com a orla costeira;

- Atendimento e controle das demandas do crescimento urbano, sem prejuízo para o meio ambiente;

De referir que durante o processo de elaboração do plano foram integradas várias instituições públicas e privadas, das quais se destacam a Direcção Geral do Ambiente (DGA), a Direcção Geral de Ordenamento do Território (DGOT), as Associações dos agricultores, dos Pescadores, as Associações comunitárias e da Sociedade Civil, etc.

PROJECTOS EM CURSO

Tendo em conta a necessidade de abranger o planeamento a nível de todo o município está em curso a elaboração do Plano Director Municipal (PDM), que é um instrumento que define o sistema principal de classificação do uso e destino do território municipal e tem como um dos objectivos principais o estabelecimento das regras básicas para um desenvolvimento integrado da zona urbana e rural do Concelho de Santa Cruz como garante do equilíbrio sustentável.

O Ordenamento do território no Município de Santa Cruz é assegurado pelo Serviço Autónomo Municipal de Urbanização e Obras (SAMUO), que tem em curso vários projectos, quais sejam:

- O Plano Director Municipal (PDM);
- A requalificação urbana da Cidade de Pedra Badejo;
- O Plano de Desenvolvimento Urbano do Litoral de Santiago-Maior Centro (PDU-LSMC), já elaborado, mas que, de acordo com a nova proposta do PDM, carece de algumas alterações, sobretudo no que diz respeito à parte destinada à indústria. Após às alterações será submetida ao Governo para ractificação.

Os parceiros ou financiadores destes instrumentos de planeamento foram a Cooperação Austriaca, Governo de Cabo Verde, Cooperação Espanhola e ONG-FUNDESCAN.

MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS

A maioria dos recursos para a preservação do ambiente e combate aos impactos ambientais negativos provém de parceiros de cooperação.

Instituições estatais ainda continuam incapazes de colher receitas (rendas) provenientes das avaliações de impacto ambiental.

A Direcção Geral do Ambiente depende dos fundos do orçamento do Estado que é essencialmente para cobrir custos administrativos e insuficientes para implementar actividades programadas.

	Proposta de projecto	Ficha de projecto nº 8
AMBIENTE Nº 1	Reabilitação das habitações em processo de degradação, particularmente as que têm vista pelo litoral e na Cidade de Pedra Badejo	

QUADRO DO GÉNERO

A questão do género é ainda um desafio a nível global. Esta questão tem sido debatida há largos anos, mas mesmo assim não ganhou os contornos desejáveis nalgumas regiões do mundo.

Cabo Verde tem vindo a combater veementemente as discriminações e desigualdades com base no género, criando planos nacionais, comités, promoção de associações e o Instituto para a Igualdade e Equidade de Género (ICIEG). Porém, a equidade e a igualdade de oportunidades sobretudo para as mulheres, particularmente as chefes de família, com pouca e/ou nenhuma habilitação literária e profissional, estão ainda longe de ser uma realidade, pese embora avanços já significativos nessa matéria.

No mundo rural, como é caso do Concelho de Santa Cruz, onde a principal actividade económica se resume à actividade agropecuária, pesca e pequeno comércio, a pobreza afecta, estatisticamente comprovada⁶, mais as mulheres chefes de famílias do que os homens.

A situação social da mulher está ainda muito aquém do ideal e como se isso não bastasse é nela que encontramos a maior percentagem da pobreza, do desemprego, etc. Ainda associado a isso está o facto da maioria dos chefes de agregado familiar serem mulheres. Muitas mães solteiras vivem dos trabalhos por conta própria como a apanha de inertes nas ribeiras e praias, venda de peixe, venda a retalho em barracas/quiosques ou porta-a-porta. Muitas vivem na dependência económica do marido ou companheiro e, muitas vezes, registam-se maus-tratos de que são vítimas.

Tem-se conseguido, a nível do país, importantes conquistas no domínio do respeito e da consagração dos direitos civis, políticos, económicos e sociais dos cidadãos. A legislação relativa à Família, constante do Código da Família de Cabo Verde, aprovado pelo Decreto – Legislativo nº 12 – C/97, de 30 de Junho, constituindo o Livro IV do Código Civil – Direito da Família – publicado integralmente a 30 de Setembro do mesmo ano, através da Portaria nº 68 – A/97. A idade mínima para contrair casamento é fixada tanto para mulher como para o homem aos 18 anos. O menor de 18 anos e maior de 16 anos necessita, para casar, do consentimento dos pais ou do tutor⁷.

Cada Ministério tem um ponto focal do género, que coadjuva no processo de integração da perspectiva género nas políticas e programas públicos. A nova Lei contra a Violência Baseada no Género (Lei Nº 84/VII/ 2011), que entrou em vigor em Março do corrente ano, define a VBG como crime público, alvo de um procedimento criminal urgente. Quando isso acontece o Ministério Público e a Polícia têm o prazo de 48 horas para tomar as primeiras diligências. A presente Lei constitui uma grande novidade na ordem jurídica interna caboverdiana, não só pelas soluções que apresenta, mas sobretudo pelo facto de ser a primeira Lei a tratar especial e exclusivamente da matéria.



Apanha de Areia



Mulheres na Construção Civil

⁶ Ver o Doc. Diagnóstico Socioeconómico de Santa Cruz, GMDL 2006.

⁷ Código da Família, ed. ICF – Instituto da Condição Feminina, 2000.

ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Para além da intervenção dos serviços desconcentrados do Estado e que têm como atribuições a implementação de políticas públicas que promovam a equidade de género, nomeadamente a educação, a saúde, o desenvolvimento rural, Santa Cruz e a cidade de Pedra Badejo dispõem das seguintes organizações e que instituições que trabalham no domínio das relações de género.

A Câmara Municipal (executivo municipal) dispõe de sua própria unidade de apoio à promoção de igualdade e equidade de género.

Existem várias ONGs, umas com delegações a nível do Concelho, que trabalham com as associações comunitárias e associações de mulheres da Cidade de Pedra Badejo – como MORABI (Associação de Apoio a Auto-Promoção da Mulher no Desenvolvimento); OMCV (Organização da Mulher de Cabo Verde; Associação Seropositivo de Santiago; SOLMI (Associação de Apoio as Iniciativas Auto-Promoção); ICIEG (Instituto para Igualdade e Equidade de Género) e Associação das Mulheres Juristas prestam o apoio jurídico as vítimas de violência doméstica e também as vítimas vulneráveis a possibilidade de beneficiar de um tratamento específico, o mais adaptado possível a sua situação.

A ESTRUTURA REGULADORA

A Lei Violência Baseada no Género contempla ainda a criação de casas de abrigo, centros de apoio a vítimas e de fundos de apoio, aspectos essenciais para levar a bom porto o seu funcionamento eficaz⁸. Quanto a isso, há já vários projectos, enquadrados também no Plano Nacional de Luta contra VBG, do Instituto Caboverdiano para a Igualdade e Equidade de Género (ICIEG).

A Lei da Família e as Polícias Nacional e Judiciária intervêm no acolhimento e encaminhamento das vítimas e no tribunal decorrem as questões legais e processuais que podem incluir diversas medidas para proteger a vítima⁹.

O Instituto Cabo-Verdiano de Igualdade Equidade de Género tem vindo ao longo dos anos a introduzir medidas importantes para a promoção e afirmação da mulher.

MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS

O financiamento das actividades relacionados com a promoção da igualdade de género e da promoção da melhor em Santa Cruz é, para as instituições públicas asseguradas, em grande medida pelos recursos orçamentais do governo central e do orçamento do município. Para as ONG e as associações, os projectos são financiados seja pelo governo seja pela cooperação internacional ou ainda em situações menos significativas com recursos próprios.

Considerando a reduzida capacidade de financiamento a nível local, impõe-se o desenvolvimento de estratégias visando o estabelecimento de parcerias com organismos de cooperação bilateral e multilateral, como ONG internacionais e no quadro da cooperação descentralizada.

⁸ Lei contra a Violência Baseada no Género Lei Nº 84/VII/ 2011

⁹ Quebrar o silêncio, Ministério de Justiça de Cabo Verde

QUADRO DO VIH/SIDA

Apesar da taxa de prevalência nacional mostrar maiores infecções entre os homens, em Santa Cruz, são mais as mulheres que procuram os serviços de saúde para fazerem os testes e tratamentos Anti-Retrovirais (ARVs). Segundo dados acima apresentados a mortalidade é maior entre os homens do que nas mulheres. Actualmente 100% das grávidas recebem aconselhamento, pré-testes e pós-testes. Verifica-se que mais de 50% dos parceiros das pessoas vivendo com o VIH não conhecem o seu sero-estatuto (Delegacia da Saúde em Sta Cruz, 2011)



Jovens estudantes

Neste momento, todas as pessoas vivendo com o VIH em Santa Cruz tem á disposição, de forma gratuita o tratamento com antiretrovirais, bem como todo um trabalho de acompanhamento médico e psicossocial. Tanto os infectados como os afectados são apoiados também assistencialmente. Neste momento, está em implementação um projecto financiado pelo Fundo Global e executado pela Plataforma das ONG que tem vindo a apoiar na prevenção e combate ao VIH-SIDA mas também apoiando os portadores do vírus.

O Serviço de Saúde Reprodutiva no Município oferece serviços de counselling, distribuição de meios de contracepção, acompanhamento de grávidas e crianças, bem como a despistagem pré-natal, essencial no combate à transmissão vertical do VIH.

ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Da mesma forma que existe a nível nacional o Comité de Coordenação de Combate ao VIH-SIDA, em Santa Cruz foi constituído um Comité Concelhio do Combate a Sida que a nível local promove várias ações e projectos na prevenção da luta contra sida.

Este comité tem uma função essencialmente de coordenação das actividades desenvolvidas, regroupando a Delegacia de Saúde, a Câmara Municipal, os serviços desconcentrados do Estado, as ONG nacionais, regionais e locais bem como as associações comunitárias.

ENTIDADE REGULADORA

O Governo, através do Ministério da Saúde, tem todas as estruturas de saúde, seja a nível dos cuidados primários, secundários ou diferenciados, capacitadas e envolvidas nas campanhas de prevenção, combate e tratamento do VIH-SIDA.

Em Santa Cruz, existe em Pedra Badejo o Centro de Saúde que faz o diagnóstico, o tratamento e o acompanhamento dos doentes. Em casos que exigem tratamentos especializados e diferenciados, o Hospital Regional Santiago Norte possui tais valências médicas.

De referir ainda que existe em Santa Cruz os Serviços de Saúde Reprodutiva que fazem todo o counselling e o tratamento, bem como o acompanhamento das grávidas reforçando o combate à transmissão vertical do vírus, através da despistagem precoce e o tratamento das grávidas.

MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS

A maioria dos recursos para a promoção do género e combate ao VIH/SIDA provém de parceiros de cooperação.

O Comité de Coordenação e Combate ao SIDA (CCC-SIDA) é essencialmente financiado pelos doadores e regularmente disponibiliza fundos para actividades de combate ao VIH/SIDA.

Cabo Verde tem recebido, actualmente, um financiamento do Fundo Global para acções de combate ao SIDA.

O Programa Nacional de Luta contra SIDA em Cabo Verde foi durante anos basicamente financiado pelo Banco Mundial. Para além desse financiamento a Luta contra a SIDA em Cabo Verde tem vindo a receber apoios das Nações Unidas, Cooperações Brasileiras e Espanholas.

O Ministério da Saúde disponibiliza testagem/ aconselhamento grátis para VIH/SIDA, e planeamento familiar grátis e muitos outros serviços oferecidos a comunidade.

	Proposta de projecto	Ficha de projecto nº 6
GÉNERO E VIH/SIDA Nº 1	Sensibilização e Apoio aos Infectados e Afectados com e pelo VIH/SIDA	

ANÁLISE SWOT DO PERFIL URBANO DA CIDADE

Os vários desafios que se colocam ao Concelho e, particularmente à Cidade de Pedra Badejo, foram analisados entre as autoridades e técnicos municipais e os diferentes actores e parceiros locais, aquando dos encontros de discussão e recolha de subsídios junto desses parceiros para elaboração do retrato sócio-económico do mesmo e que depois se redundaram em Plano Municipal de Desenvolvimento Local.

O Perfil Urbano da Cidade de Pedra Badejo reflecte os desafios constantes do referido Plano, bem como as principais preocupações levantadas e contribuições saídas do encontro com a população dos Bairros de Cutelinho, Bela Vista, Salina e Ponta Achada, realizados nos dias 3 e 4 de Setembro de 2011. A análise SWOT ora apresentada foi objecto de discussão e melhoria a partir dos encontros tidos com os vários grupos focais existentes nos bairros da Cidade. De entre as preocupações levantadas e discutidas com os membros da comunidade e grupos focais destacam-se:

A necessidade de melhoria de habitação, incluindo a construção de casas de banho e acesso à rede de esgoto para as famílias menos possidentes economicamente, vulneráveis (doentes, deficientes e pessoas idosas);

Aumentar o acesso a água e saneamento;

Diminuir a carência de infra-estruturas básicas (jardins infantis, espaço desportivos, praças e pracetas, calcetamento de ruas e estradas de acesso aos bairros);

Equacionar o problema da falta de acesso à água e energia eléctrica por parte de algumas famílias;

Resolver o problema da falta de iluminação pública em algumas localidades dos referidos bairros, permitindo prostituição, vandalismo, droga entre outros;

Necessidade de reforçar a capacidade de protecção ambiental e melhoria do sistema de recolha e tratamento do lixo;

Necessidade de maior aposta na Formação Profissional dos jovens, particularmente nas mulheres;

Reforço da promoção da igualdade e equidade de género;

Reforço da Segurança e Ordem Pública;

ANÁLISE SWOT DO PERFIL URBANO PARA A GOVERNAÇÃO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

	FORÇAS	OPORTUNIDADES	FRAQUEZAS	AMEAÇAS
GOVERNAÇÃO URBANA E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO	<p>Santa Cruz apresenta condições naturais que poderão ser potencializadas para o desenvolvimento do Concelho, nomeadamente, as paisagens exóticas, a sua riqueza cultural, a gastronomia, o mar, a música: funaná, batuque, finason, tabanka e condições geográficas e naturais atraentes para a sua prática tanto de montanha, como de praia.</p> <p>Existência de um plano turístico;</p> <p>Existência do Plano Director Municipal</p> <p>Código de Postura Municipal aprovado;</p> <p>Venda dos produtos manuais e naturais com grande ênfase no mercado, como por exemplo, os balaio de carriço ou cordas, as esteiras de ripas de folhas de bananeiras,</p>	<p>.Desenvolver a Cidade do ponto de vista turístico.</p> <p>.Possibilidade de se fazer uma boa gestão do território.</p> <p>Possibilidade de desenvolvimento cultural e artístico.</p>	<p>Debilidade em termos de informações estatísticas e dados sobre a governação urbana:</p> <p>Fraca capacidade de facturação do Município via impostos e taxas.</p> <p>Os recursos transferidos pelo orçamento de Estado são insuficientes;</p> <p>Pressão sobre o solo urbano e especulação fundiária urbana</p> <p>Proliferação do comércio informal;</p>	<p>Crescimento elevado da população nem sempre seguida de políticas de integração;</p> <p>Redução ou ausência de financiamento exterior por causa da crise internacional;</p>

ANÁLISE SWOT DO PEFIL URBANO PARA ALOJAMENTO E BAIROS INFORMAIS

<p>ALOJAMENTO E BAIROS INFORMAIS</p>	<p>Existência de mão-de-obra jovem com formação na área de construção Civil (CFPPB);</p> <p>Algumas famílias possuem membros com formação ou experiência na área de construção civil.</p> <p>Interesse das famílias na reparação ou obtenção da casa própria.</p> <p>A maioria dos terrenos existentes nas áreas urbanas e peri-urbanas pertence ao Município;</p> <p>A grande extensão de terreno voltado para o litoral – permite uma maior procura e concentração populacional ao longo do litoral;</p> <p>Existência dos principais instrumentos de planeamento e gestão urbanas (PDM; PDU e PD)</p> <p>Existência de três ZDTIs (Zonas de Desenvolvimento Turístico Intergrado);</p> <p>Zonas peri-urbanas com vocação agrícola (ribeiras e vales que desembocam no mar, todas com grandes potencialidades agrícolas);</p> <p>Existência do Código de Postura Municipal</p>	<p>Início das obras no âmbito do Projecto “Casa Para Todos”</p> <p>Existência de outros programas de Habitação Social: “pró-habitar”</p> <p>Parceria entre a CMSCZ e o Novo Banco, visando incentivar as famílias a construírem ou melhorarem as suas casas, com empréstimo a uma taxa de juro mais baixa no mercado.</p> <p>Possibilidade de mobilizar financiamento junto dos parceiros internacionais para a requalificação e desenvolvimento integrado dos bairros com maiores problemas de habitação, falta de infra-estruturas, redes de esgoto e iluminação pública.</p> <p>Aplicação das normas constantes do Código de Postura Municipal</p>	<p>40% da população da Cidade com casas degradadas, dando sinais de risco de desabamento.</p> <p>Muitas famílias não possuem casas de banho, nem ligação à rede de esgoto.</p> <p>As famílias não possuem recursos financeiros necessários para fazerem face às necessidades de melhoria das suas habitações, acrescido ao facto da maioria serem chefiadas por mulheres solteiras.</p> <p>Falta de uma cultura urbanística por parte da população local;</p> <p>Infracção da população às normas fiscais de construção civil;</p> <p>Deficiente fiscalização por parte dos serviços de fiscalização da Câmara Municipal.</p>	<p>Desabamento dos tectos das casas a qualquer momento, principalmente na época das chuvas. Nos encontros com a população a equipa técnica teve a oportunidade de ouvir relatos de famílias cujos tectos desabaram tendo provocado feridos ligeiros e graves.</p> <p>Demora na elaboração do Plano de Ordenamento do Território a nível nacional;</p> <p>Resistência da população quanto ao cumprimento do código de</p> <p>Postura municipal.</p>
---	--	---	---	--

ANÁLISE SWOT DO PERFIL URBANO PARA SEGURANÇA URBANA

SEGURANÇA URBANA	<p>Existência de um palácio de justiça.</p> <p>Existência de uma esquadra de Policia</p> <p>Organizações não-governamentais dedicadas na sensibilização dos jovens.</p> <p>Existência de serviços de água, saneamento e de protecção civil promovido pela Câmara Municipal.</p>	<p>As infraestruturas públicas existentes permitem que se faça uma justiça mais célere.</p> <p>Os cidadãos se sentem satisfeitos na convivência e a cidadania e os direitos humanos sejam plenamente postos em prática.</p>	<p>Grande défice de iluminação Pública nos bairros da Cidade (sobretudo nas zonas de expansão Urbana), o que favorece ocasiões para roubo, delinquências e assalto às pessoas;</p> <p>Rede de distribuição eléctrica vetusta;</p> <p>Existência de um número elevado de famílias com habitações degradadas;</p>	<p>A dependência energética do combustível fossil;</p> <p>Pouca mobilização de parcerias e recursos devido á Crise financeira internacional.</p>
-------------------------	---	---	---	--

ANÁLISE SWOT DO PEFIL URBANO PARA GÉNERO

GÉNERO	<p>Realizações regulares de campanhas de sensibilização, palestras, marchas, atelier, desdobráveis, por Centro de Juventude de Santa Cruz, ONG Dia, Associações Juvenis etc;</p> <p>Existência de ONGs (OMCV, SOLMI, ADAD, MORABI) que vêm contribuindo para o empoderamento da mulher no Concelho (formação, micro-crédito)</p>	<p>Existência de instituição vocacionada para a promoção de igualdade e equidade de Género (ICIEG).</p> <p>Aprovação da Lei contra a Violência Baseada no Género (Lei Nº 84/VII/2011).</p>	<p>Fracos recursos para acções de informação/formação e sensibilização para a mudança de comportamento;</p> <p>A maior parte dos agregados familiares é chefiada por mulheres, que por sua vez, são mais vulneráveis social e economicamente.</p> <p>Muitas mulheres são vítimas de maus tratos.</p>	<p>Roturas do stock dos medicamentos doados pelos parceiros internacionais;</p> <p>Redução de financiamento por parte dos doadores devido a crise financeira internacional;</p>
---------------	--	--	--	---

ANÁLISE SWOT DO PERFIL URBANO PARA O QUADRO DO VIH -SIDA

<p>VIH-SIDA</p>	<p>Existência de um Comité Municipal de luta contra Sida;</p> <p>Existência de programação radiofónica semanal na rádio local Voz di Santa Cruz;</p> <p>Existência de uma associação dos seropositivos de Santiago activa com sede em Santa Cruz;</p> <p>Atendimento personalizado às pessoas infectadas e afectadas na Delegacia de Saúde de Santa Cruz;</p> <p>Realizações regulares de campanhas de sensibilização, palestras, marchas, atelier, desdobráveis, por Centro de Juventude de Santa Cruz, ONG Dia, Associações Juvenis etc;</p>	<p>Existência de Programa de Governo - Comité Coordenação e Combate a Sida (CCC-Sida);</p> <p>Fundo Global para financiamentos de projectos (ONUSIDA);</p> <p>Existência do Manual do Formador ONUSIDA (Educar para a Vida – Prevenção do VIH – SIDA) e outros manuais educativos de sensibilização;</p> <p>Existência de tratamento de anti retroviral;</p> <p>Disponibilidade para Cobertura por parte das mídias sobre a problemática do VIH – SIDA;</p>	<p>Recursos limitados para acções de informação/formação e sensibilização para a mudança de comportamento;</p> <p>Estigmatização das pessoas VIH positivas por parte da população, principalmente no meio rural;</p> <p>Fracca aderência a teste de forma voluntária.</p> <p>A maior parte dos agregados familiares é chefiada por mulheres, que por sua vez, são mais vulneráveis social e economicamente.</p> <p>Existência de uma sociedade poligâmica, não utilização e ou uso incorreto do preservativo;</p> <p>Resistência por parte de algumas pessoas em aceitar, tratar e conviver com a doença;</p>
------------------------	--	---	---

PROPOSTAS DE FICHAS DE PROJECTO

As várias fichas de projectos ora apresentadas traduzem, efectivamente, a aspiração da população em ver melhorada a qualidade de vida na Cidade. A sua implementação irá provocar profundas alterações no panorama da Cidade e efeitos benéficos no seio da população.

O Diagnóstico sócio-económico do Concelho de Santa Cruz, para efeito de elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Local e Plano de Desenvolvimento Urbano-Litoral de Santiago-Maior-Centro, permitiu igualmente registar as preocupações da população com relação aos projectos que entendem ser prioritários para a dignificação da Cidade de Pedra Badejo.

Para a realização do Diagnóstico, para além de outras acções, realizaram-se várias sessões de consulta e recolha de subsídios junto das forças vivas (líderes associativos e religiosos), ONGs (OMCV, BORNEFONDEN, SOLMI, “Associação Esperança”, Tenda El Shadday), instituições do Estado (Delegações do Ministério da Saúde, Educação, Agricultura, Polícia de Ordem Pública, Procuradoria da República da Comarca Local), bem como as associações comunitárias existentes no Concelho (com as quais realizaram-se encontros descentralizados).

Em relação aos trabalhos prévios (trabalhos que antecederam à elaboração do presente documento) foram consultados os arquivos existentes no Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Local (GMDL) quais sejam:

- Plano de actividades realizadas no quadro da realização estudo-diagnóstico;
- Agenda de encontros (e listas de presença) realizados com forças vivas, associações locais e representantes das Instituições do Estado no Concelho;
- Realização de ateliers nos três Centros Administrativos do Concelho (Norte, Sul e Centro do Concelho);

No âmbito da elaboração do presente projecto foram realizados vários encontros, dos quais se destacam:

- Encontro para constituição de grupos focais de cada bairro;
- Encontro com a população dos Bairros de Cutelinho, Bela Vista, Salina e Ponta Achada. Esses encontros foram todos documentados através de relatórios, listas de presença e registo fotográfico.

TITULO DE PROJECTO: Reabilitação de 3000 moradias sociais

ENQUADRAMENTO: Unu Habitat

SUBPROGRAMA: Promoção Social

ÁREA GEOGRÁFICA DA INTERVENÇÃO: Cidade de Pedra Badejo e arredores

ORÇAMENTO ESTIMATIVO EM ECV: 1.800.000.000 (Um bilhão e oitocentos mil escudos Cabo-verdianos)

DURAÇÃO DO PROJECTO: 36 Meses

JUSTIFICAÇÃO: De acordo com o Diagnóstico sócio-económico sobre o Concelho de Sta Cruz um dos problemas sociais mais graves prende-se com a falta de uma habitação condigna para a uma franja significativa das famílias, tanto nas zonas rurais como urbanas.

Segundo os dados do QUIBB 2007 - Questionário Unificado de Indicadores Básicos de Bem Estar - realizado no País cerca de 16,1 % da População do Concelho responderam que as Autoridades devem ter como uma das principais prioridades a facilidade no acesso à habitação própria. Para além das pessoas que almejam uma habitação própria, particularmente os jovens, há famílias que desejam melhorar as suas habitações mas não possuem condições financeiras para o efeito. Razões como o tamanho do agregado familiar, a baixa renda, o baixo nível de escolaridade e falta de qualificação profissional que, do contrário, poderiam facilitar no acesso ao mercado de trabalho por parte de muitas famílias, associado ao facto de muitos chefes de família serem mulheres, justificam esse facto.

De acordo com os trabalhos do campo, que antecederam a elaboração desse perfil urbano e à elaboração de projectos no domínio de habitação social, existem muitas habitações degradadas em diferentes localidades do Concelho e as condições de habitabilidade de muitas famílias visitadas são críticas. As imagens recolhidas no terreno durante as visitas são disso testemunhas.

O esforço do Governo na promoção de habitação, sobretudo para as famílias menos possedentes economicamente, através de vários programas de habitação (“Operação esperança”, “Casa para todos”, “Pró-habitar”, etc), deve ser reforçado e complementado pelos Municípios, atendendo ao grande desafio que essa problemática representa para o País.

Pelo exposto a existência de projectos para apoiar as famílias mais vulneráveis a melhorar ou a adquirir uma habitação enquadra-se no esforço conjugado entre o Governo e os Municípios em atender as demandas existentes a nível desse sector. Daí a razão da elaboração da presente Ficha de projecto para a melhoria de habitações degradadas nos centros urbanos do Concelho.

DESCRIÇÃO: O projecto consiste em reparação e melhoramento de 3000 moradias sociais mais prementes de intervenção, apoiando cerca de 25% da população/Famílias da Cidade e arredores de Pedra Badejo. Os próprios beneficiários intervêm na reabilitação das casas. O Sistema deve ser participado, tanto é que os potenciais beneficiários estão cientes disso.

BENEFICIÁRIOS: 3000 Famílias mais vulneráveis da Cidade e arredores de Pedra Badejo e cujo rendimento mensal situa-se abaixo do linear da pobreza, e com défice habitacional entre os 10 a 50%.

OBJECTIVOS:

- Apoiar as famílias seleccionadas na melhoria das suas habitações;
- Promover uma melhor qualidade de vida (segurança e conforto) às essas famílias;
- Melhorar as condições de higiene dessas habitações;
- Melhorar o ambiente sócio-habitacional das famílias, com prioridades às famílias de maior défice habitacional;

RESULTADOS ESPERADOS:

- 3000 Habitações sociais reabilitadas
- 3000 Famílias com maior conforto sócio-habitacional.
- Redução da pobreza na região centro do Concelho.

ACTIVIDADES:

- Selecção criteriosa das famílias beneficiárias (mediante critérios previamente definidos e discutidos com a comunidade.
- Aquisição de materiais de construção
- Reabilitação das casas

TITULO DE PROJECTO: Arruamento e Calçamento de 50 Novas Ruas

ENQUADRAMENTO: UN Habitat for Better Urban Futur

SUBPROGRAMA: Infra-estruturação do Concelho

ÁREA GEOGRÁFICA DA INTERVENÇÃO: Cidade de Pedra Badejo e Arredores

ORÇAMENTO ESTIMATIVO EM ECV: 150.000.000\$00 (Cento e cinquenta milhões de escudos)

DURAÇÃO DO PROJECTO: 36 Meses

JUSTIFICAÇÃO: O Concelho de Santa Cruz começou a crescer, de forma espontânea, devido ao êxodo rural, que tem mobilizado para as zonas periféricas da Cidade de Pedra Badejo, um fluxo de pessoas de baixa renda, que vem construindo casas ou parte de casas, originando deste modo bairros informais(Ponta –Belém, Cutelinho, Monte-Bode, Parte do Bairro de Bela-Vista). A par disso e ultrapassado agora(em grande medida) o problema da indisciplina na construção e construção clandestina, a Cidade continua a crescer devido sobretudo às construções feitas pelos emigrantes e/ou pessoas que pretendem sair das zonas rurais para fixarem-se no Centro Urbano.

O processo de transformação da Pedra Badejo em Cidade moderna passa antes de mais pela organização, estruturação e criação de infra-estruturas que dão maior conforto aos habitantes e torná-la digna dos seus habitantes e atractivas para os visitantes. A organização territorial pública transmite um maior conforto aos moradores e revaloriza os bairros e as ruas, incentivando o surgimento, de actividades geradoras de recursos. Os trabalhos de arruamento e calcetamento, a par de outras acções (quais sejam a iluminação pública, a pintura das casas, etc) contribuem igualmente para a promoção do saneamento e saúde pública, para além de constituírem uma reivindicação dos próprios moradores. Tais razões justificam pois a elaboração desta Ficha de Projecto cuja implementação reputamos de muito importante para o bem estar dos que vivem na Urbe de Pedra Badejo.

DESCRIÇÃO: O projecto propõe o calcetamento e embelezamento (plantas) de 50 ruas e vias de acesso aos diferentes Bairros da Cidade, por forma a torná-los atractivos e com mais estética. Os Bairros prioritários são os de Cutelinho, Achada Fátima, Ponta Achada e Salina. Outras acções passam também pela construção de uma ponte pedonal, entre Porto Acima e Salina (Monte Bote), zona periférica do centro da Cidade, carecendo de melhores condições de acessibilidade ao centro da Cidade de Pedra Badejo.

BENEFICIÁRIOS: Os habitantes dos Bairros acima mencionados e os de toda a Cidade em geral,

OBJECTIVOS:

- Melhorar o saneamento e saúde públicas nos bairros da Cidade;
- Melhorar a acessibilidade entre os diferentes bairros;
- Revalorizar os bairros e contribuir para uma Cidade com mais estética, mais limpa e tractiva;

RESULTADOS ESPERADOS:

- 50 ruas construídas e calcetadas em 3 anos;
- 1(uma) ponte pedonal construída;
- Acessibilidade entre o Centro da Cidade e os bairros periféricos melhorados;
- Aparecimento de bairros organizados e proporcionando maior conforto aos moradores e aos visitantes;
- Melhoradas as condições de habitabilidade aos moradores;
- Preparada Santa Cruz a ser uma cidade linda e organizada.

ACTIVIDADES:

Act 1: Identificar as principais ruas a serem alvo de intervenção;

Act 2: Aquisição de matérias para calcetamento e arruamento;

Act 3: Contratação da empresa;

Act 4: Início das obras;

Act 5: Entrega das obras e inauguração.

ACRÓNIMOS

SAMUO	Serviço Autónomo Municipal de Urbanismo e Obras
SAAS	Serviço Autónomo de Água e Saneamento
CMSCZ	Câmara Municipal de Santa Cruz
ONGs	Organizações Não-governamentais
DCPs	Dispositivos de Concentração de Peixes
ZDTIs	Zonas Integradas de Desenvolvimento Turístico
PDU	Plano do Desenvolvimento Urbano
QUIBB	Questionário Unificado dos Indicadores Básicos do Bem-estar
VIH-SIDA	Vírus do Síndrome de Imunodeficiência Humana Adquirida
DSSC	Delegacia de Saúde de Santa Cruz
PDM	Plano Director Municipal
ODM	Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
TCMA	Taxa de Crescimento Médio Anual
PDU-LSMC	Plano de Desenvolvimento Urbano do Litoral
PDML	Plano Municipal do Desenvolvimento Local
UOPG	Unidades Operativas de Planeamento e Gestão
PD	Plano Detalhado
DGA	Direcção Geral do Ambiente
DGOT	Direcção Geral de Ordenamento do Território
IPAD	Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento
OMCV	Organização das Mulheres de Cabo Verde
SOLMI	Associação de Apoio às Iniciativas de Auto - Promoção
INE	Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde
CCP	Crimes Contra Pessoas
CCPT	Crimes Contra Propriedade
ETAR	Estação de Tratamento de Águas Residuais
DGTR	Direcção Geral dos Transportes Rodoviários
MSP	Movimento Sviluppo e Pace
AMSES	Associação Missionária de Solidariedade e Desenvolvimento
MORABI	Associação de Apoio à Auto-Promoção da Mulher no Desenvolvimento
CARITAS	Cáritas de Caboverdiana
HRS	Hospital Regional de Santiago Norte
USB	Unidades Sanitárias de Base
ICIEG	Instituto para a Igualdade e Equidade de Género
VBG	Violência Baseada no Género
IDISA	Índice Sintético Especificamente Africano em Cabo Verde
ARVs	Anti-Retrovirais
CFPPB	Centro de Formação Profissional de Pedra Badejo
ADAD	Associação para a Defesa do Ambiente e Desenvolvimento
BORNEfonden	Fundação Dinamarquesa para a protecção da Infância
DIA	Associação DIA

BIBLIOGRAFIA

Código da Família, ed. ICF – Instituto da Condição Feminina, 2000.

Dados Estatísticos da Policia de Santa Cruz, 2009;

Dados Estatísticos sobre Indicadores de Saúde em Santa Cruz, 2010;

Diagnóstico Socioeconómico de Santa Cruz, 2006;

Entrevista Formalizado com Associação de Pescador da Cidade de Pedra Badejo, 2005;

Estudo sobre a Relação da Organização do Espaço Urbano e a Violência Urbana em Cabo Verde, Método de Avaliação Rápida RSA, MAHOT/ONU Habitat, 2011;

Índice Sintético Especificamente Africano em Cabo Verde (IDISA);

Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (INE), Censo 2000;

Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (INE), Censo 2010;

Ministério das Finanças e Planeamento: Documento de Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza, Praia – Setembro de 2004, 1ª Versão;

Planeamento Urbano;

Plano Ambiental Municipal, 2004;

Plano de Desenvolvimento Urbano Litoral de Santiago Maior Centro (PDU – LSMC);

Plano Director Municipal;

Plano Municipal Desenvolvimento Local, 2009/2010;

Plano Urbanístico, 1984;

Quebrar o silêncio, Ministério de Justiça de Cabo Verde

Questionário Unificado dos Indicadores Básicos do Bem-estar (QUIBB), 2007;

Recenseamento Agrícola, 2004, Ed. MAAP – Praia, 2005;

Relatório de Consulta de Validação do Projecto Perfil Urbano da Cidade de Pedra Badejo;

Relatório Delegacia de Saúde de Santa Cruz, VHI-SIDA, 2009;

Relatório do Encontro com os Pontos Focais nas Diferentes Bairros da Cidade de Pedra Badejo;

Relatório do Serviço Autónomo de Água e Saneamento (SAAS), 2010;

Requalificação urbana da Cidade de Pedra Badejo;

Lei contra a Violência Baseada no Género Lei Nº 84/VII/ 2011

PROGRAMA PARTICIPATIVO DE MELHORIA DOS BAIROS INFORMAIS

PSUP (PARTICIPATORY SLUM UPGRADING PROGRAMME)
FASE 1 – ELABORAÇÃO DOS PERFIS URBANOS LOCAIS E NACIONAL

- CABO VERDE -

ATELIER DE CONSULTA LOCAL – Cidade de Pedra Badejo Santa Cruz – DATA-02 Novembro 2011

NOME	INSTITUIÇÃO
CESÁRIO VARELA	Câmara Municipal Sta Cruz
PAULA LIMA	Câmara Municipal Sta Cruz
JOSÉ BELMIRO FONSECA	Delegação Educação
EUSÉBIO G. SANCHES	Câmara Municipal Sta Cruz
JOAQUIM SEMEDO DA SILVA	Câmara Municipal Sta Cruz
ANTÓNIO CABRAL	Câmara Municipal Sta Cruz
ANA MARIA R. ANDRADE	Câmara Municipal Sta Cruz
LARA JOSÉ SANTOS	Câmara Municipal Sta Cruz
ZURICO TAVARES	Câmara Municipal Sta Cruz
MARIA DULCELINA GONÇALVES	Assembleia Municipal
NELSON DA VEIGA LOPES	Assoc. P. Def. Sta Cruz
GRACELINA TAVARES SEMEDO	doméstica
SABINO M. TAVARES	Câmara Municipal Sta Cruz
SEVERINO M. TAVARES	Educação Polo IV
ANTÓNIO JUVELINO R. CARDOSO	AMBC
ALBERTO MENDES BORGES	R.F.S.C.
NILSON GONÇALVES	
JOSÉ ALVES MENDES	Câmara Municipal Sta Cruz
SILVA DUARTE	
JOSÉ CARDOSO	Câmara Municipal Sta Cruz
SAMUEL ALVES SANTOS	Igreja Nazareno
VIRGOLINO LOPES SEMEDO	Liceu Sta. Cruz
GUILHERME TEIXEIRA	Câmara Municipal Sta Cruz
J. MANUEL ARAUJO TAVARES	Associação I. Cutelo
JOSÉ ANTÓNIO ALMEIDA VARELA	Centro da Juventude
FRANCISCO DUARTE TAVARES	Delegado Sul
EMANUEL RAMOS	Centro 'Katchás'
ALBERTINO DOS SANTOS	Eng. civil
JAQUELINO VARELA	Câmara Municipal Sta Cruz
FIRMINO MONIZ	Câmara Municipal Sta Cruz
ALEXANDRE MENDES	Câmara Municipal Sta Cruz
ANA PAULA CALVO	Câmara Municipal Sta Cruz
IVANILDA DA C.L. CORREIA	Habitáfrica
EDNILSON FREIRE TAVARES	Al. Projecto Cutelinha
ANASTÁCIO MENDES	SAMUO
EURIDES SILVA	Câmara Municipal Sta Cruz
ARLINE GARCIA	Câmara Municipal Sta Cruz
AMANDIO B. BRITO	Câmara Municipal Sta Cruz
TOMASIA AFONSO	Câmara Municipal Sta Cruz
NARINE VARELA	RCFPPB
ANA LINA TAVARES ROCHA	Sociedade civil
MARIA FILOMENA F. SILVA	Sociedade civil
ARMINDO SEMEDO	Câmara Municipal Sta Cruz
TOMÁSIA CARDOSO SEMEDO	Sociedade civil
LUIS	Sociedade civil
FRANCISCO LIVRAMENTO	GAPH-MAHOT
JEIZA TAVARES	DGOTDU- MAHOT
JANICE DA SILVA	ONUHABITAT

CONTACTOS

Kerstin Sommer - Responsável Global do PSUP na ONU - HABITAT: email: kerstin.sommer@unhabitat.org

Mathias Spaliviero - Conselheiro Regional da ONUHABITAT para África: email: Mathias.Spaliviero@unhabitat.org

Janice Helena Da Silva - Coordenadora da ONU-HABITAT para Cabo Verde: email: janice.silva@cv.jo.un.org; janice.silva@undp.org

Jeiza barbosa - Directora da DGOTDU e Ponto Focal do PSUP no Governo de Cabo Verde: Jeiza.Tavares@mahot.gov.cv

Cesário Varela, Assessor e Ponto Focal do PSUP na Câmara Municipal de Santa Cruz: email:Cesario.Varela@cmscz.cv